

CONTRATO Nº 52-0215869/16_01

Correspondente no País

Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA		CNPJ: 02.759.908/0046-00		Telefone:	
Agente: GISELE FERREIRA DE O		CPF: 706.285.481-68			
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04			Nº:	
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA		UF:	
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X) Outros Órgãos Públicos() Empresas Privadas()					
Dados Titular:		CPF: 617.801.466-04		Nome: DALVA FERREIRA DOS SANTOS	
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 06/12/1948	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteiro	Identidade(RG): 2276966	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 09/01/1980 / SSP - MG
Nome da Mãe: HILDA BALBINA FERREIRA				E-mail:	
CEP: 72304520	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QUADRA QS 122 cj 04 lote 01 bl b				Nº: 102
Complemento:	Bairro: SAMAMBAIA SUL (SAMAMBAIA)	Cidade: BRASILIA		UF: DF	
Tel.(DDD e Nº): 61-39396735	Tel.Celular(DDD,Nº): 61-85883681		Portador Adicional(exceto INSS) (X) Não () Sim - Formulário Anexo.		
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora: INSS		Número do benefício / Matrícula / Registro: 0831420464		Margem(%): 5.00	
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA 4 BLOCO N,0,ASA SUL,BRASILIA/DF			Renda(R\$): 677.60	Data Admissão: 01/01/2000	Telefone(DDD/Nº): 61-85883681
Nome do Banco Pagador: ITAU UNIBANCO S.A.		Nº do Banco: 0341	Nº Agência: 03213	Conta-corrente: 03332-1	Dia do Pagamento

ADESÃO

1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irratável, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador.

Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito à responsabilidade criminal do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data: Brasília, 14/10/2016

Dalva Ferreira dos Santos
ASSINATURA PORTADOR TITULAR:

 ASSINATURA

DADOS DO TITULAR		
CPF: 657.803.466-04	Nome: Wolva Ferreira dos Santos	Nº Cartão/Proposta: 215 869
Empregador: INSS		Matrícula: 0831420464

DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco: Itau Unibanco	Nº do Banco 341	Nº Agência 03213	Conta-Corrente 03332-1

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional.

Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu **Cartão Consignado Daycoval**, para a Conta Corrente da minha titularidade acima indicada.

Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes a CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa e percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.

Valor do Saque*: R\$ 789,20 (_____).

Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 49,49 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,33 %

Tarifa: R\$ 15,00 CET: 4,04 % a.m. CET: 60,89 % a.a.

(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.

Local e Data: Brasília/DF, 14/10/2016

Wolva Ferreira dos Santos

 ASSINATURA

ASSINATURA PORTADOR TITULAR:





BRASILIA - DF CNPJ: 07.522.669/0001-92 CF/DF: 07.466.855/001-97
REGIME ESPECIAL - ATO DECLARATORIO Nº 021/2008
NUESP/GEESP/DITRI/SUREC/SEF
NF / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇOS SÉRIE U Nº

SEU CÓDIGO

971895-8

000951146

11-1/2

DALVA FERREIRA DOS SANTOS

QS 122 CJ 04 LT 01 BL B AP 102 RES. VILA BELA

SAMAMBAIA - DF

CEP: 72.300-000

FATCAM

A TARIFA SOCIAL DE ENERGIA
ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA
PELA LEI Nº 10.438,
DE 26 DE ABRIL DE 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
SET/2016	13/10/2016	284	173,79

DATAS DAS LEITURAS		DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA	
ATUAL:	26/09/2016	CNPJ/CPF:	000061780146604
ANTERIOR:	24/08/2016	Nº DA UC:	852856
APRESENTAÇÃO:	26/09/2016	CLASSIFICAÇÃO:	RESIDENCIAL/MONO
PRÓXIMO MÊS:	25/10/2016	MEDIDOR(ES):	00001108160

LEITURAS DE ENERGIA	kWh	kVarh	HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)	
ATUAL:	23561		SET/15	269
ANTERIOR:	23277		MAR/16	188
CONSUMO:	284		OUT/15	258
RESÍDUO DE CONSUMO:			ABR/16	244
NÚMERO DE DIAS:	33		NOV/15	207
FATOR MULTIPLICADOR:	001,00		MAT/16	206
FATOR DE POTÊNCIA:			DEZ/15	194
			JUN/16	201
			JAN/16	218
			JUL/16	277
			FEB/16	175
			AGO/16	258
			MÉDIA CONSUMO ANUAL:	225

DESCRIÇÃO DA CONTA			
TARIFA FAIXA CONSUMO	284 kWh A R\$	0,5627623 =	159,82
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			13,97

MENSAGENS IMPORTANTES

FOI EMITIDA FATURA REFERENTE A DÉBITOS ANTERIORES.

Reservado ao Fisco: 86A8.8C16.F759.188F.F56D.A6A5.9A60.1FE0

COMPOSIÇÃO DA TARIFA			INDICADORES DE CONTINUIDADE				
	%	R\$	APURADO	DIC	FIC	DMIC	DICRI
RES. ANEEL 166/05							
ENERGIA:	48,34	77,27	MENSAL:	0,06	1,00	0,06	
DISTRIBUIÇÃO:	13,47	16,71	LIMITE				
TRANSMISSÃO:	1,72	2,13	MENSAL:	5,43	3,36	1,11	
TRIBUTOS:	13,93	15,76	TRIM.:	10,86	6,72		
ENC. SETORIAIS:	17,65	21,89	ANUAL:	21,73	11,45		
PERDAS SIST. ELÉTRICO:	4,89	6,06					
IMPOSTOS			CONJ. ELÉT.:				
BASE DE CÁLCULO:		159,82	MON JOJO				
ICMS DA TARIFA:	18,00	28,76	MÊS DE REF.:				
ICMS DA SUBVENÇÃO:			06/2016				
VALOR TOTAL DO ICMS:		28,76	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO				
PIS/PASEP:	0,78	1,24	RS:	23,76			
COFINS:	3,61	5,76	MÊS DE REF.:	06/2016			



SA - ÁREA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - LOTE C - CEP 71215-902
BRASILIA - DF CNPJ: 07.522.669/0001-92 CF/DF: 07.466.855/001-97

SEU CÓDIGO

971895-8

TOTAL A PAGAR (R\$)

173,79

MÊS FATURADO

SET/2016

VENCIMENTO

13/10/2016

83620000001 3 73790005280 1 11097189515 3 09718951609 5



Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20161014004712742

Status: Efetivada

Valor: 781.20

Data do Movimento: 14/10/2016

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	DALVA FERREIRA DOS SANTOS
CPF do Favorecido:	617.801.466-04
Banco Creditado:	ITAU UNIBANCO S.A.
Agência Creditada:	03213
Conta Creditada:	03332 - 1
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	14/10/2016
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90, doravante denominado (“DAYCOVAL”), emissor do CARTÃO, e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado (“TITULAR”) nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao SISTEMA ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

Importante: leia este contrato com atenção.

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL, o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

CLÁUSULA 1ª – DEFINIÇÕES: Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

ADICIONAL: pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado ao seu CARTÃO.

BANDEIRA: significa empresa que autoriza o uso de sua marca e de sua tecnologia, proprietária dos sistemas que permitem a emissão do CARTÃO e utilização nos ESTABELECIMENTOS;

CARTÃO: cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento eletrônico para aquisição de bens e/ou serviços em ESTABELECIMENTOS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO: central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

COMPROVANTE DE VENDA: documento emitido pelo

ESTABELECIMENTO comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

CONVENIADA: entidades e pessoas jurídicas públicas ou privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

ENCARGOS DE SAQUE: são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

ESTABELECIMENTO: significa o fornecedor de bens e/ou serviços que aceitam o CARTÃO como forma de pagamento.

FATURA: documento mensal emitido pelo DAYCOVAL ao TITULAR, enviado por correio e/ou disponibilizada por meios eletrônicos, as despesas decorrentes das TRANSAÇÕES realizadas e já processadas, valores e datas, identificação do ESTABELECIMENTO, montantes totais e mínimos a pagar, débitos anteriores em aberto, o valor dos encargos contratuais, inclusive os de mora, quando houver, percentual máximo de encargos para o próximo período, limite de crédito total, data de vencimento, taxas praticadas, anuidades, tarifas, IOF e seguros, o valor pago no mês anterior e o saldo anterior quando devido, bem como eventuais créditos, local e instruções para pagamento e o Custo Efetivo Total (CET) tudo em conformidade com o disposto neste Contrato e na legislação vigente, bem como os avisos ou comunicados relacionados a este Contrato ou de relevância para o TITULAR, entre outras informações..

PAGAMENTO MÍNIMO: valor constante no campo “Pagamento Mínimo” na FATURA, que será consignado junto à CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

PORTADOR: significa o usuário do CARTÃO, TITULAR

e/ou seu ADICIONAL.

REMUNERAÇÃO: salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

SALDO DEVEDOR REMANESCENTE: resultado do “Saldo Devedor” indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA.

SAQUE: é um serviço facultativo atrelado ao CARTÃO que estará disponível, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE. O SAQUE permite a retirada de dinheiro em espécie em caixas eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos solicitadas através da Central de Atendimento do CARTÃO ou por meio dos canais de relacionamento disponibilizados pelo DAYCOVAL, inclusive correspondentes bancários autorizados no país e por outros meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL, e resulta na imediata contratação de financiamento com o DAYCOVAL.

SENHA: sequência de números que representa assinatura eletrônica do PORTADOR na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa.

SISTEMA: significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

TERMO DE ADESÃO: significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de concordância com os termos e condições do presente contrato.

TITULAR: pessoa física que solicitou o CARTÃO, que mantém vínculo jurídico com a CONVENIADA.

TRANSAÇÃO: toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

CLÁUSULA 2ª – DO CARTÃO

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

CLÁUSULA 3ª - FORMAS DE ADESÃO

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos: (i) assinatura física ou eletrônica, ou aceite verbal com gravação

de voz do TERMO DE ADESÃO, sendo que esta última não será aplicada caso haja vedação expressa nas legislações regulamentadoras da CONVENIADA; (ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO; (iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO; (iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou (v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

CLÁUSULA 4ª - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL

4.1. O CARTÃO será emitido exclusivamente com função de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contém no mínimo o nome do PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e se destina à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS e/ou realização de saques dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

CLÁUSULA 5ª - USO DO CARTÃO

5.1 O PORTADOR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO e deverá ser devolvido, ao DAYCOVAL, quando solicitado.

5.2 Obrigações especiais do PORTADOR: (a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO; (b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO; (c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento; (d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário; (e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa; (f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais; (g) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restituí-lo, quando for o caso; (h) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído; (i) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02 (dois) dias de seu vencimento; (j) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; (k) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal; e (l) após o recebimento do CARTÃO, efetuar o seu desbloqueio antes da 1ª utilização.

5.3. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os

COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES.

5.3.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.3.2 As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, de acordo com a política de risco e de crédito do DAYCOVAL, caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO, ou nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.4. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a assinatura desse documento e/ou digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.5. O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via marketing direto.

5.5.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.5.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, *firewall* e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

5.6. **Saques:** Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO de crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de pagamento da FATURA, conforme valores e limites previamente definidos na FATURA.

5.6.1. O PORTADOR poderá solicitar o SAQUE no ato da contratação do CARTÃO, desde que haja LIMITE DE CRÉDITO disponível (pré-saque).

5.6.2. Após recomposição do LIMITE DE CRÉDITO, o PORTADOR, poderá realizar novos SAQUES (saques complementares).

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver

qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tornando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

5.11. **Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO:** O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

5.11.1. **Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.**

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, o PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11, por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

5.12. **Pagamento de Contas:** Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

5.13. O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretroatável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelo(s) ADICIONAL(IS) por ele indicado(s).

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é compartilhado com o TITULAR e o ADICIONAL.

5.13.2. A emissão do CARTÃO ADICIONAL está sujeita à análise e aprovação do DAYCOVAL.

CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega da FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, e suas alterações serão comunicadas através da FATURA.

6.2. O LIMITE DE CRÉDITO tem validade de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão e será informado mensalmente na FATURA, ficando facultado ao DAYCOVAL reduzir ou aumentar, a seu exclusivo critério, de acordo com a sua política de crédito e/ou aumento ou redução de margem consignável, mediante comunicação na FATURA, sendo que eventual discordância poderá ensejar o bloqueio ou suspensão do CARTÃO.

6.2.1. Considerando que o LIMITE DE CRÉDITO é concedido pelo DAYCOVAL com base na margem consignável disponível no momento da adesão ao CARTÃO, o DAYCOVAL, na hipótese de redução da margem consignável, poderá, consequentemente, reduzir o LIMITE DE CRÉDITO, independentemente de aviso prévio ao TITULAR.

6.2.2. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no exato valor pago. Da mesma forma, o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar TRANSAÇÕES na modalidade parcelada. Nas compras parceladas, o valor total da TRANSAÇÃO comprometerá o LIMITE DE CRÉDITO:

(a) **Parcelado Emissor:** se disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo Emissor, com acréscimo de juros remuneratórios, IOF e demais encargos. O PORTADOR deverá consultar previamente a CENTRAL DE ATENDIMENTO ou a FATURA sobre as taxas de juros e demais condições aplicáveis.

(b) **Parcelado ESTABELECIMENTO** (se disponível à época da compra pelo ESTABELECIMENTO): o PORTADOR poderá efetuar compras parceladas pelo ESTABELECIMENTO, sem a cobrança de juros. As

condições de parcelamento nessa modalidade devem ser consultadas diretamente com o ESTABELECIMENTO.

7.2. **Vencimento Antecipado das Parcelas:** O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

CLÁUSULA 8ª - TARIFAS

8.1. As tarifas e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

8.2. Os valores das tarifas poderão ser alterados pelo DAYCOVAL, de tempos em tempos, observadas as normas editadas pelo Banco Central do Brasil, hipótese em que, o TITULAR será comunicado através da FATURA e/ou na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no *Site* DAYCOVAL e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no *SITE* e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

(i) tarifa pela emissão do CARTÃO;

(ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, restrito a casos de pedidos de reposição formulados pelo TITULAR e/ou ADICIONAL, decorrente de perda, roubo, furto, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição emitente;

(iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª. via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(iv) tarifa de PAGAMENTO DE CONTAS;

(v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADAS; e

(vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem regulamentação em vigor e os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA.

CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL disponibilizará a FATURA ao TITULAR para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR, ou na data em que é realizado o repasse do valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA, conforme condições estabelecidas pelo respectivo Convênio.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na

REMUNERAÇÃO do TITULAR junto à CONVENIADA, podendo o SALDO DEVEDOR REMANESCENTE não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 10ª adiante, caso não haja o pagamento da FATURA, nos termos da cláusula 9.4.

9.2.1. O PAGAMENTO MÍNIMO não tem valor fixo, sendo variável conforme a utilização do cartão, combinada com a MARGEM CONSIGNÁVEL disponível.

9.3. Caso não seja possível a averbação do PAGAMENTO MÍNIMO da FATURA na REMUNERAÇÃO do TITULAR, este deverá providenciar o pagamento e, em caso de desconto parcial, o TITULAR deverá pagar a diferença entre o valor descontado de sua REMUNERAÇÃO e do PAGAMENTO MÍNIMO, através da ficha de compensação enviada com a FATURA, sob pena de incidência dos encargos moratórios, bloqueio/suspensão do CARTÃO.

9.4. Se o valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR for inferior ao valor total da FATURA, o TITULAR poderá efetuar o pagamento do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE da FATURA, utilizando a ficha de compensação disponibilizada com a FATURA, na rede bancária.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA (não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR e não pago em sua integralidade pelo TITULAR) incidirão os encargos moratórios previstos neste instrumento, contados a partir da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação.

9.6. O não recebimento da FATURA pelo TITULAR não exclui a obrigação de pagamento até a sua data de vencimento, sendo que, caso a FATURA não seja recebida em até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento, o TITULAR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO para obter o valor do saldo devedor e instruções de pagamento da FATURA ou através dos meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

CLÁUSULA 10ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR

10.1. O TITULAR está ciente de que se deixar de pagar o valor integral do saldo devedor da FATURA, até a data de vencimento, estará optando por financiar este saldo remanescente com a incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA. O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na

FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

10.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 10.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecida pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

10.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR com o CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

10.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação em vigor.

10.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

CLÁUSULA 11ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL

11.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênio firmado com a CONVENIADA, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

11.2. Para possibilitar a apuração dos valores devidos, o valor das Transações e/ou Saques efetuados com o Cartão fora do território brasileiro será convertido para a moeda corrente nacional mediante a aplicação da taxa de câmbio do dólar norte-americano praticada pelo Daycoval na data de emissão da Fatura.

11.3. A taxa de câmbio do dólar utilizada pelo DAYCOVAL será compatível com a taxa média de mercado para operações de varejo praticada para pessoas físicas podendo, em alguns casos, ser superior ou inferior à taxa informada pelo Banco Central.

11.4. O valor das TRANSAÇÕES realizadas no exterior em moeda diferente do dólar norte-americano será primeiramente convertido em dólar norte-americano, na data da TRANSAÇÃO, conforme os critérios e sistemas utilizados pela Bandeira, para só então haver a conversão para a moeda corrente nacional na data de emissão da FATURA.

11.5. Se a taxa de câmbio utilizada pelo DAYCOVAL na data de emissão da FATURA for diferente da taxa de câmbio vigente na data de seu vencimento (ou de seu pagamento quando este ocorrer antes do vencimento) o valor relativo à diferença das taxas de câmbio será creditado ou debitado, conforme o caso, na próxima FATURA.

11.6. Conforme a legislação pertinente sobre os valores das TRANSAÇÕES efetuados em moeda estrangeira haverá a incidência do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras (e/ou outro tributo que legalmente vier a substituí-lo ou se torne exigível), à alíquota e condições vigentes à época, cujos valores serão lançados na FATURA.

11.7. Se forem estabelecidos novos tributos e/ou custos adicionais decorrentes da remessa de moeda ao exterior para pagamento das TRANSAÇÕES efetuadas fora do território brasileiro com o CARTÃO, estes serão de responsabilidade exclusiva do TITULAR, ficando o DAYCOVAL autorizado a lançá-los na FATURA.

11.8. Se houver restrição para remessa de moeda ao exterior, o TITULAR será responsável pelo valor de eventual variação cambial da remessa, bem como pelos custos adicionais decorrentes até que seja possível efetuar as remessas devidas.

11.9. O PORTADOR deverá comunicar o DAYCOVAL previamente à utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES no exterior de modo a evitar que o CARTÃO seja bloqueado por TRANSAÇÕES fora do perfil do PORTADOR.

CLÁUSULA 12ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS

12.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

12.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA com a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA na qual foi discriminada o lançamento alvo da contestação.

12.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

12.3. A contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada por escrito e assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e, eventualmente, pelo CARTÃO.

12.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

12.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

12.5. Em caso de divergência com um ESTABELECIMENTO, remanesce a obrigação do TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

12.6. O TITULAR tem ciência de que o estorno e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos da BANDEIRA.

CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso,

bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo

13.2. Em caso de falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO será de exclusiva responsabilidade do TITULAR o pagamento da FATURA. Caso o PAGAMENTO MÍNIMO não seja realizado, o DAYCOVAL bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 13.5. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

13.3. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue por meio de ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito aos seguintes encargos, calculados sobre o saldo devedor desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

13.4. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

13.5. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.

13.6. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.

CLÁUSULA 14ª - BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO

14.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente ou definitivamente o CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente Contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por

exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) falecimento do TITULAR;

(g) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(h) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(i) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR junto à CONVENIADA;

(j) rescisão do Convênio firmado entre o DAYCOVAL e a CONVENIADA;

(k) na ocorrência de qualquer hipótese de suspensão do CARTÃO prevista neste Contrato;

(l) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável com a CONVENIADA;

(m) atraso no pagamento;

(n) restrição de crédito em nome do TITULAR perante quaisquer órgãos de proteção ao crédito, incluindo o CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo);

(o) suspeita de uso irregular do CARTÃO;

(p) caso não seja possível a consignação integral do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

(q) ATRASO ou FALTA DE REPASSE dos valores consignados, por parte da CONVENIADA.

14.2 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

14.3. Substituição e Reposição do CARTÃO: O CARTÃO será válido pelo prazo indicado no plástico. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade.

14.3.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

CLÁUSULA 15ª - VIGÊNCIA E RESCISÃO

15.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura do Termo de Adesão ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, ser rescindido, por qualquer uma das partes.

15.2. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resolver o presente contrato comunicando a outra parte sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver o(s) CARTÃO(ÕES) ao DAYCOVAL,

devidamente inutilizado(s), e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez, através da ficha de compensação disponibilizada na FATURA.

CLÁUSULA 16ª - ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

16.2. **Fica assegurado ao TITULAR o direito de se manifestar contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem.**

16.2.1. **O pagamento parcial da fatura ou a utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.**

16.3. Os comunicados de alteração no contrato serão informados por meio da FATURA disponibilizada ao TITULAR.

CLÁUSULA 17ª - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

17.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL comunicará o TITULAR acerca da cessão ou transferência.

17.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

17.3. **Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 17.2. acima.**

CLÁUSULA 18ª - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A omissão ou tolerância do DAYCOVAL quanto ao exercício de qualquer direito, poder ou privilégio conferido em lei ou neste Contrato não constituirá novação, desistência ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

18.2. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL em caráter irrevogável e irretratável a fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

18.3. O PORTADOR autoriza o DAYCOVAL, em caráter irrevogável e irretratável a: (a) trocar informações cadastrais, de créditos e débitos com sistemas positivos e negativos de crédito, como aqueles do Serasa S.A. e do Serviço de Proteção ao Crédito; (b) consultar todas as suas informações

no Sistema de Informações de Crédito (“SCR”) e no Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (PCAM 415) do Banco Central do Brasil (“BCB”); e (c) fornecer ao BCB quaisquer informações solicitadas, inclusive para inserção no SCR. A autorização ora concedida ao DAYCOVAL no item (b) acima é extensiva (i) às câmaras e aos prestadores de serviço de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro; (ii) às entidades autorizadas a exercer as atividades de depósito centralizado ou de registro de ativos e de valores mobiliários; e (iii) às instituições que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito do PORTADOR.

18.3.1. O PORTADOR declara estar ciente que o SCR é um sistema administrado pelo BCB, que armazena dados remetidos pelas instituições especificadas na regulamentação em vigor sobre operações de crédito, com a finalidade de prover informações ao BCB para monitoramento do crédito no sistema financeiro, exercício de suas atividades de fiscalização e intercâmbio de informações entre instituições financeiras a respeito do montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito.

18.3.2. As consultas no SCR podem ser feitas (i) pelo próprio BCB; (ii) pelos clientes em geral, junto ao BCB, de acordo com as orientações constantes de sua página na internet; e (iii) pelas instituições participantes do SCR que tenham autorização específica do PORTADOR para tanto.

18.3.3. Caso seja necessário alterar, excluir, cadastrar medida judicial ou manifestar discordância relacionada a quaisquer informações remetidas ao SCR pelo DAYCOVAL, o PORTADOR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

18.3.4. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos diretamente junto ao BCB, em qualquer de suas unidades, por meio da Central de Atendimento ao Público ou ainda em sua página na internet.

18.4. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefone, e-mail, SMS e correspondência, para ofertar produtos e serviços do conglomerado, ações destinadas à prevenção de fraudes, bloqueio ou desbloqueio do CARTÃO, novidades do DAYCOVAL e/ou empresas do Grupo DAYCOVAL. Fica facultado ao TITULAR proceder o cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação ao DAYCOVAL.

18.4.1. Todas as notificações e outras comunicações relacionadas a este Contrato deverão ser feitas por escrito e entregues por correio eletrônico (e-mail) ou pessoalmente

com protocolo de recebimento ou ainda, pelo correio, mediante carta com aviso de recebimento, em qualquer caso, para os endereços físicos e eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.2. O PORTADOR para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos artigos 190, 246, inciso V e 513 § 2º, inciso III do Código de Processo Civil informam os endereços eletrônicos indicados no Termo de Adesão.

18.4.3. As partes obrigam-se (i) a manter válidos e ativos os endereços indicados no Termo de Adesão durante todo o período de vigência deste Contrato; e (ii) a comunicar a outra parte em caso de alteração de quaisquer dos endereços acima indicados, sob pena de considerarem-se válidas quaisquer comunicações (incluindo quaisquer notificações, intimações e citações) enviadas aos endereços acima referidos.

18.5. O DAYCOVAL, através da CENTRAL DE ATENDIMENTO, prestará informações, esclarecerá dúvidas e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais problemas relacionadas ao CARTÃO.

18.6. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação brasileira em vigor e as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil.

18.7. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos da FATURA não paga com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

18.8. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e sua(s) respectiva(s) FATURA(S) constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 19ª - FORO

19.1 As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

BANCO DAYCOVAL S.A.

Este contrato foi registrado sob nº 2.150.519 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 12/03/2018.

Central de Atendimento:

3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas

0800 721 5300 Demais Localidades

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

Ouvidoria: 0800- 777 0900

De segunda à sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.

SAC: 0800 – 880 6158 (para sugestões, reclamações e cancelamento)

Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala:
0800 – 880 1919

Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados.

Site DAYCOVAL: www.daycoval.com.br

BancoDaycoval

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

Pelo presente contrato, de um lado, o BANCO DAYCOVAL S/A, com sede em São Paulo/SP, na Av. Paulista nº 1.793, inscrito no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90, doravante denominado (“DAYCOVAL”), e de outro lado, o titular do CARTÃO, pessoa física que o solicitou previamente, responsável pelas obrigações estabelecidas neste contrato e que mantém vínculo jurídico com a entidade CONVENIADA, doravante denominado (“TITULAR”) nomeado e qualificado em Termo de Adesão vinculado a este contrato, e que por sua vez aderiu ao Sistema de Cartões do DAYCOVAL (“SISTEMA”) ajustam entre si o presente contrato, obrigando-se mutuamente a cumprir e respeitar o quanto segue:

Importante: leia este contrato com atenção

O TITULAR deverá ler este contrato atentamente, pois, ao preencher e assinar o Termo de Adesão ou, ao aceitar, desbloquear ou utilizar o CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DAYCOVAL o que ocorrer primeiro, (inclusive o CARTÃO de reposição ou substituição emitido em seu nome), estará concordando com os termos e condições deste Contrato e seus aditamentos vigentes ao tempo da utilização.

CLÁUSULA 1 º – DEFINIÇÕES: Para a interpretação e entendimento do presente instrumento, as expressões abaixo, quando utilizadas no plural ou no singular, tem os seguintes significados:

BANDEIRA: empresa(s) sediada(s) no Brasil que ceder(em) ao DAYCOVAL o direito de usar sua marca e rede de ESTABELECIMENTOS;

CARTÃO: cartão de crédito emitido pelo DAYCOVAL, destinado ao TITULAR e seu ADICIONAL, quando permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios, para utilização como meio de pagamento de transações efetuadas junto aos ESTABELECIMENTOS.

CENTRAL DE ATENDIMENTO: central de atendimento telefônico do DAYCOVAL, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, por meio da qual o TITULAR, mediante confirmação de dados, poderá: (i) obter informações sobre o CARTÃO (uso, desbloqueio, limites de crédito, etc.) e dos lançamentos na FATURA, especialmente saldos, taxas e/ou encargos financeiros; (ii) comunicar mudanças de endereço e outras ocorrências de seu interesse; (iii) comunicar o roubo, furto, perda ou extravio do CARTÃO; e (iv) realizar as TRANSAÇÕES disponíveis exclusivamente junto a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

COMPROVANTE DE VENDA: documento emitido pelo ESTABELECIMENTO, comprobatório da TRANSAÇÃO realizada.

CONVENIADA: entidades e pessoas jurídicas públicas ou

privadas em geral; Órgãos, autarquias, entidades, fundações da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Sindicatos; Associações; Entidades Previdenciárias Municipais, Estaduais e Federais, assim como quaisquer outras pessoas e/ou entidades com as quais o DAYCOVAL mantenha convênio para oferta do CARTÃO com desconto na REMUNERAÇÃO e que seja empregador ou pagador de benefício previdenciário ao TITULAR.

ENCARGOS DE SAQUE: são os juros, tributos, despesas e encargos financeiros que o TITULAR pagará ao DAYCOVAL na realização de SAQUE, inclusive por meio de Telesaque e/ou transferência de recursos. Os ENCARGOS DE SAQUE do período e o percentual máximo que incidirá no mês seguinte serão informados na FATURA MENSAL, de forma a possibilitar que o TITULAR saiba, previamente à contratação da operação, os ônus financeiros que assumirá. O PORTADOR poderá obter este percentual através de ligação telefônica para a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os juros remuneratórios indicados na FATURA, acrescido dos juros moratórios e multa conforme definido neste contrato.

ESTABELECIMENTO: pessoas físicas ou jurídicas, fornecedores de bens e/ou serviços, credenciados a aceitar o CARTÃO DO DAYCOVAL.

FATURA MENSAL ou FATURA: documento representativo da prestação de contas do DAYCOVAL ao TITULAR, onde são discriminados os débitos e créditos relativos às TRANSAÇÕES efetuadas.

PAGAMENTO MÍNIMO: valor constante no campo “Pagamento Mínimo” na FATURA, consignado junto a CONVENIADA na REMUNERAÇÃO do TITULAR e repassado ao DAYCOVAL para amortização do saldo devedor da FATURA.

PORTADOR: qualquer pessoa física, portadora do CARTÃO, incluindo o TITULAR e seu ADICIONAL.

PORTADOR ADICIONAL ou simplesmente ADICIONAL: pessoa física indicada pelo TITULAR para receber e utilizar um CARTÃO vinculado à sua conta-cartão.

REMUNERAÇÃO: salário, benefício, verbas trabalhistas (inclusive indenizatórias) que o TITULAR receba da CONVENIADA e que será objeto de consignação nos termos previstos neste contrato.

SALDO DEVEDOR REMANESCENTE: resultado do “Saldo Devedor” indicado na FATURA, após a subtração do valor efetivamente pago, seja por consignação do PAGAMENTO MÍNIMO e/ou pelo pagamento da ficha de compensação que acompanha a FATURA, sempre que não houver o pagamento total dos valores da FATURA. **SAQUE:** é um serviço facultativo que poderá ser prestado,

desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS, sujeito a cobrança dos ENCARGOS DE SAQUE, desde a data em que for realizado, que resulta na imediata contratação de financiamento com a disponibilização pelo DAYCOVAL ao PORTADOR de moeda em espécie, a ser realizado em Caixas Eletrônicos conveniados à BANDEIRA, incluindo as transferências de recursos via Central de Atendimento do CARTÃO.

SENHA: sequência de números emitida pelo sistema do DAYCOVAL e entregue ao PORTADOR que representa sua assinatura eletrônica na realização de qualquer TRANSAÇÃO, sendo esta pessoal, intransferível e sigilosa. SISTEMA DE CARTÕES ou simplesmente SISTEMA significa o conjunto de pessoas (DAYCOVAL, Processadora, CREDENCIADORA, BANDEIRA, TITULAR, ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, ETC), procedimentos, contratos, normas e tecnologia operacional, necessários à prestação de serviços de administração dos CARTÕES;

TERMO DE ADESÃO: significa o documento vinculado a este contrato, assinado pelo PORTADOR, com a indicação da data de vencimento da FATURA e manifestação de sua concordância com os termos e condições do presente contrato.

TITULAR: titular do CARTÃO que mantenha vínculo jurídico com a CONVENIADA.

TRANSAÇÃO: toda e qualquer compra, saque ou outra operação realizada com o CARTÃO, desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS, ou prestação de serviço que gere uma movimentação financeira efetuada com o CARTÃO.

CLÁUSULA 2ª – DO CARTÃO

2.1. O CARTÃO é destinado ao TITULAR, vinculado à CONVENIADA, que tenha o seu crédito previamente aprovado pelo DAYCOVAL e atenda as condições previstas no convênio celebrado entre a CONVENIADA e o DAYCOVAL.

CLÁUSULA 3 º - FORMAS DE ADESÃO

3.1. A adesão do TITULAR a este contrato ocorrerá a partir do primeiro de qualquer um dos seguintes eventos:

(i) assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica do TERMO DE ADESÃO;

(ii) desbloqueio do CARTÃO na CENTRAL DE ATENDIMENTO;

(iii) assinatura do recibo de entrega do CARTÃO;

(iv) utilização do CARTÃO para TRANSAÇÕES junto aos ESTABELECIMENTOS; ou

(v) pagamento da FATURA do CARTÃO.

CLÁUSULA 4 º - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DAYCOVAL

4.1. O SISTEMA compreende CARTÃO exclusivamente de crédito, de utilização nacional e/ou internacional quando habilitada esta funcionalidade, de emissão e propriedade do DAYCOVAL.

4.2. O CARTÃO contem no mínimo o nome do

PORTADOR, número composto por 16 (dezesseis) algarismos, data de validade, painel de assinatura, holograma de segurança, logomarca do DAYCOVAL e da BANDEIRA, faixa reservada para assinatura ou CHIP (conforme o caso) e tarja magnética.

4.3. O CARTÃO é de uso pessoal e intransferível e destina-se à aquisição de bens e/ou serviços nos ESTABELECIMENTOS dentro dos limites e do prazo de validade do CARTÃO.

4.4. O CARTÃO será entregue ao PORTADOR bloqueado para qualquer utilização.

CLÁUSULA 5 º - USO DO CARTÃO

5.1. O TITULAR é responsável pela correta e adequada utilização do CARTÃO, sendo este de propriedade do DAYCOVAL e deverá ser devolvido ao DAYCOVAL quando solicitado.

5.1.1. Obrigações especiais do TITULAR e/ou PORTADOR/ADICIONAL:

(a) ler atentamente as instruções e o contrato enviado juntamente com seu CARTÃO

(b) ter plena ciência e concordar com os termos deste contrato, antes de assinar o TERMO DE ADESÃO;

(c) conferir os dados do CARTÃO e assinar no local indicado, no ato de seu recebimento;

(d) manter o CARTÃO em boa guarda, conservando-o em segurança, na qualidade de depositário;

(e) assumir total responsabilidade pelo uso de sua SENHA individual, confidencial e privativa;

(f) manter o DAYCOVAL informado sobre alterações de endereço e demais dados cadastrais;

(h) não usar CARTÃO vencido, cancelado, bloqueado ou cujo uso esteja suspenso, sem prejuízo da obrigação de liquidar o débito existente e restituí-lo, quando for o caso;

(i) não exceder o LIMITE DE CRÉDITO que lhe foi atribuído;

(j) consultar seu saldo devedor por telefone ou sistema eletrônico, caso não receba a FATURA com antecedência de 02(dois) dias de seu vencimento;

(k) pagar as importâncias, até a data de vencimento, através da FATURA ou por outros meios admitidos pelo DAYCOVAL, ainda que não esteja de posse ou não tenha recebido a FATURA em tempo hábil; e

(l) usar o CARTÃO unicamente para efetuar TRANSAÇÕES, sendo vedado seu uso para o pagamento de dívida de jogos de azar, bem como para a obtenção de recursos financeiros ou qualquer outra finalidade vedada em lei ou que configure crime e/ou contravenção penal;

(m) após o recebimento do CARTÃO efetuar o desbloqueio do mesmo antes da 1º utilização.

5.2. O CARTÃO será apresentado aos ESTABELECIMENTOS pelo PORTADOR, que assinará os COMPROVANTES DE VENDA ou digitará a SENHA para efetuar as TRANSAÇÕES, recebendo 01 (uma) das vias.

5.2.1. O PORTADOR poderá utilizar o CARTÃO como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços, para PAGAMENTO DE CONTAS e SAQUES, conforme permitido por lei, observado o LIMITE DE CRÉDITO

CC 11.301 - SET/2013

constante da FATURA e que esteja efetivamente disponível na data da TRANSAÇÃO.

5.2.3. As TRANSAÇÕES com o CARTÃO estão sujeitas à prévia aprovação do DAYCOVAL, a qual será solicitada pelo ESTABELECIMENTO, podendo o DAYCOVAL negar autorização para determinadas TRANSAÇÕES e/ou bloquear ou cancelar o CARTÃO, com base na situação da conta do TITULAR ou caso tenha sido excedido o LIMITE DE CRÉDITO ou ainda nas demais hipóteses previstas neste contrato.

5.3. Caberá ao PORTADOR verificar a veracidade dos dados lançados no COMPROVANTE DE VENDA pelo ESTABELECIMENTO, sendo certo que a aposição da assinatura nesse documento e/ou a digitação da SENHA e/ou fornecimento dos dados do CARTÃO em TRANSAÇÕES de assinatura em arquivo caracteriza sua inequívoca manifestação de vontade e concordância com as TRANSAÇÕES realizadas, obrigando o TITULAR pelo pagamento das TRANSAÇÕES e por todos os encargos e responsabilidades delas decorrentes.

5.4. **Sistema de Assinatura em Arquivo:** O PORTADOR poderá adquirir bens e serviços nos ESTABELECIMENTOS, sem assinatura do comprovante de vendas ou apresentação do CARTÃO, através do telefone, internet ou pedidos de compras divulgados via Marketing Direto.

5.4.1. O PORTADOR tem ciência de que o uso da Internet e/ou canais de televendas para efetuar TRANSAÇÕES com o CARTÃO implica em riscos e que o DAYCOVAL não se responsabiliza pela qualidade, legitimidade e autenticidade dos serviços e/ou produtos adquiridos por estes canais, bem como pela reputação e idoneidade dos respectivos ESTABELECIMENTOS.

5.4.2. O PORTADOR obriga-se a utilizar computadores com antivírus, *firewall* e demais recursos de segurança compatíveis com o uso da Internet para TRANSAÇÕES seguras com o CARTÃO.

5.6. Saques: Os SAQUES e os telesaques com o CARTÃO na função crédito são concedidos sob forma de financiamento e sujeitos a cobrança de ENCARGOS DE SAQUE que serão calculados *pro rata die* a partir da data do SAQUE e/ou telesaque, até data de vencimento da FATURA, conforme valores e limites definidos previamente nas FATURAS.

5.7. O DAYCOVAL não se responsabiliza por eventual restrição imposta pelos ESTABELECIMENTOS ao uso do CARTÃO, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens adquiridos ou serviços prestados, cabendo ao TITULAR pagar ao DAYCOVAL a despesa correspondente e resolver qualquer pendência diretamente com o ESTABELECIMENTO.

5.8. O PORTADOR deverá deixar de utilizar o CARTÃO imediatamente caso o TITULAR tenha, por qualquer motivo e a qualquer tempo, suspenso ou rescindido seu vínculo junto à CONVENIADA.

5.9. Na hipótese de desistência da TRANSAÇÃO entre o PORTADOR e o ESTABELECIMENTO, esta somente poderá ser estornada da FATURA mediante apresentação, ao

DAYCOVAL de carta de cancelamento emitida pelo ESTABELECIMENTO contendo, no mínimo, a razão social e número de CNPJ, data e valor da TRANSAÇÃO; número do CARTÃO e nome do PORTADOR.

5.10. É vedado ao PORTADOR utilizar o CARTÃO bem como fornecer sua numeração, senha ou código que o identifiquem como usuário de serviços do SISTEMA, para acessar jogos via Internet, ou mesmo cassinos, conforme legislação pertinente à matéria, tomando-se o TITULAR o único responsável por qualquer consequência que provier da utilização do CARTÃO por terceiros, não cabendo ao DAYCOVAL qualquer responsabilidade por eventuais prejuízos que possam ocorrer, devendo o TITULAR arcar com todos os ônus decorrentes, inclusive os que forem causados ao próprio DAYCOVAL, pelo uso indevido do CARTÃO.

5.11. Comunicação de Perda ou Roubo do CARTÃO: O PORTADOR deverá comunicar imediatamente à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL a perda, extravio, roubo, fraude ou furto do CARTÃO ou suspeita de que o mesmo esteja sendo utilizado por terceiros a qual informará ao PORTADOR o código de cancelamento do CARTÃO.

5.11.1. Até o comunicado de que trata a Cláusula 5.11 o TITULAR é civilmente responsável pelo uso do CARTÃO e das correspondentes TRANSAÇÕES, exonerando-se apenas após o comunicado.

5.11.2. Mediante solicitação do DAYCOVAL, O PORTADOR deverá ratificar a comunicação de que trata a Cláusula 5.11., por escrito e acompanhada de um Boletim de Ocorrência Policial.

5.12. PAGAMENTO DE CONTAS: Se esta funcionalidade estiver disponível para o CARTÃO, o PORTADOR poderá utilizá-la para pagar boletos e fichas de compensação mediante pagamento de tarifa ao DAYCOVAL.

5.12.1. O PAGAMENTO DE CONTAS deverá ser utilizado apenas para contas de natureza pessoal, não podendo ser utilizado para contas de terceiros ou de pessoas jurídicas. **Fica certo e ajustado que este serviço não poderá ser utilizado para pagamento de FATURAS do CARTÃO do PORTADOR e/ou de outros cartões emitidos pelas empresas pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL.**

5.13. Portadores Adicionais: O TITULAR tem ciência e expressamente concorda, de forma irrevogável e irretratável, que é o único responsável pela utilização e pelo pagamento de todas as TRANSAÇÕES realizadas pelos PORTADORES ADICIONAIS por ele indicados.

5.13.1. O LIMITE DE CRÉDITO é único para os CARTÕES do TITULAR e de seu(s) ADICIONAL(IS), sendo o TITULAR responsável por todas as TRANSAÇÕES de seu(s) ADICIONAL(IS), uma vez que o LIMITE DE CRÉDITO para o(s) ADICIONAL(IS) é compartilhado com o LIMITE DE CRÉDITO do TITULAR.

5.13.2. O DAYCOVAL reserva-se ao direito de definir as regras para aceitação do ADICIONAL indicado, sendo todas

as cláusulas e condições deste contrato aplicáveis no que couber ao ADICIONAL.

CLÁUSULA 6ª - LIMITE DE CRÉDITO

6.1. O LIMITE DE CRÉDITO atribuído pelo DAYCOVAL para o CARTÃO será definido com base na margem consignável disponível do TITULAR junto à CONVENIADA e comunicado ao TITULAR na entrega e/ou FATURA e/ou desbloqueio do CARTÃO e/ou pela CENTRAL DE ATENDIMENTO e/ou por correspondência, devendo suas alterações serem comunicadas através da FATURA MENSAL.

6.2. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou aumentar o LIMITE DE CRÉDITO, mediante comunicado ao TITULAR, podendo este aceitar ou não a alteração, mediante expressa manifestação, sendo que, eventual discordância poderá ensejar a rescisão do contrato.

6.2.1. O uso do CARTÃO após a comunicação de alteração do LIMITE DE CRÉDITO será considerado expressa concordância do TITULAR com o novo LIMITE DE CRÉDITO.

6.3. O TITULAR poderá, sempre que necessário, confirmar o seu LIMITE DE CRÉDITO disponível por meio de consulta à CENTRAL DE ATENDIMENTO do DAYCOVAL.

6.4. Os valores das TRANSAÇÕES realizadas comprometem o LIMITE DE CRÉDITO do CARTÃO. Este limite será restabelecido no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas após o efetivo pagamento da FATURA e no exato valor pago. Da mesma forma o LIMITE DE CRÉDITO nas compras parceladas será restabelecido no valor de cada parcela quitada.

CLÁUSULA 7ª - COMPRAS PARCELADAS

7.1. O PORTADOR poderá, dentro do LIMITE DE CRÉDITO previamente fixado, efetuar transações na modalidade de crédito parcelado.

7.2. Nas compras de modalidade crédito parcelado, o PORTADOR deve obter as informações do tipo e condições de parcelamento disponíveis no ESTABELECIMENTO.

7.3. Parcelado Lojista: Se o PORTADOR optar pela modalidade crédito Parcelado Lojista, não haverá qualquer encargo de financiamento a ser cobrado do PORTADOR pelo DAYCOVAL. O financiamento, neste caso, será suportado pelo ESTABELECIMENTO.

7.4. Parcelado DAYCOVAL: Se o PORTADOR optar pela modalidade crédito Parcelado pelo DAYCOVAL, o valor de cada parcela será acrescido de taxas de financiamento cobradas pelo DAYCOVAL à época, devendo o PORTADOR informar-se previamente junto à CENTRAL DE ATENDIMENTO sobre as taxas de financiamento e demais condições aplicáveis.

7.5. Vencimento Antecipado das Parcelas: O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado das demais parcelas, reservando-se ao DAYCOVAL o direito de cobrar, a qualquer momento e de uma só vez, o valor total do débito.

CLÁUSULA 8ª - TARIFAS DE SERVIÇOS

8.1. As tarifas de serviços e/ou anuidade, serão cobradas de acordo com os termos da legislação regulamentadora e/ou

convênio celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS.

8.2. É facultado ao DAYCOVAL a seu exclusivo critério e de acordo com sua política interna deixar de cobrar, reduzir ou aumentar o valor das tarifas do CARTÃO. No caso de aumento do valor de alguma tarifa vinculada ao CARTÃO a cobrança ocorrerá depois de decorridos 30(trinta) dias da veiculação da mesma na tabela de tarifas do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO.

8.3. O TITULAR pagará ao DAYCOVAL, conforme Tabela de Tarifas disponível nas agências do DAYCOVAL, no SITE e na CENTRAL DE ATENDIMENTO, em vigor na data da prestação dos serviços, as seguintes tarifas:

(i) tarifa pela emissão do CARTÃO;

(ii) tarifa pela emissão de 2ª via do CARTÃO, exceto para os casos de alteração de senha, falsificação e vencimento do CARTÃO;

(iii) tarifa de fornecimento emergencial de 2ª. via do CARTÃO, solicitada pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL, desde que não vedada pela legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS; (iv) tarifa pelas TRANSAÇÕES de PAGAMENTO DE CONTAS;

(v) tarifa de utilização de canais de atendimento para SAQUES, desde que a funcionalidade esteja habilitada e/ou que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS;

(vi) tarifa por avaliação emergencial de crédito, devidamente solicitada pelo TITULAR, desde que não haja vedação na legislação regulamentadora e/ou convênios celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS; e

(vii) outras tarifas não vedadas e que não contrariem os termos do convênio celebrado entre o DAYCOVAL e as CONVENIADAS.

CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL remeterá para o endereço indicado pelo TITULAR, a FATURA para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no período, do saldo devedor e do valor a ser consignado, que estará indicado no campo PAGAMENTO MÍNIMO. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR pela CONVENIADA.

9.1.1. O TITULAR poderá utilizar a FATURA para pagamento parcial ou total do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR junto a CONVENIADA, devendo o valor remanescente não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 11ª adiante.

9.3. Se o valor consignado for inferior ao total da FATURA o TITULAR poderá efetuar o pagamento do saldo devedor remanescente da FATURA em parte ou total, por meio da ficha de compensação encaminhada com a FATURA, na rede bancária.

9.4. Caso não seja possível, por qualquer motivo, a consignação em folha a favor do DAYCOVAL, o TITULAR deverá providenciar o pagamento de valor igual ou superior ao mínimo estipulado na FATURA, por meio da ficha de compensação encaminhada com a mesma.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR incidirão os encargos moratórios previstos na cláusula 13ª adiante, da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação junto ao DAYCOVAL.

9.6. Caso o TITULAR não tenha recebido a FATURA até a data de seu vencimento, é de sua exclusiva responsabilidade obter o valor das despesas e instruções para pagamento por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

CLÁUSULA 10ª – CARTÕES DE USO INTERNACIONAL

10.1. O DAYCOVAL poderá, e desde que permitido pela legislação regulamentadora e/ou convênios firmados com as CONVENIADAS, disponibilizar a funcionalidade do CARTÃO para uso internacional, o qual estará identificado com a expressão “internacional” no plástico.

10.2. A utilização internacional do CARTÃO destina-se a realização de despesas com viagens ao exterior, respeitando o limite de crédito informado na fatura mensal e as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Não serão permitidas compras de bens que possam configurar investimento no exterior ou importação e que, como tal, estejam sujeitas a regulamentação específica.

10.5. Eventuais irregularidades detectadas no uso do CARTÃO, de TRANSAÇÕES com finalidade diversa das previstas neste Contrato e normas do Banco Central do Brasil, poderão ser objeto de comunicação à Secretaria da Receita Federal, através do Banco Central do Brasil, que também poderá adotar medidas cabíveis no âmbito de sua competência.

10.6. Configuradas as hipóteses previstas nas cláusulas anteriores, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, o DAYCOVAL promoverá o imediato cancelamento do CARTÃO.

10.7. Na aquisição de bens e serviços realizados no exterior, o TITULAR pagará todos os tributos e taxas, incluindo variação cambial, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e quaisquer outros encargos incidentes sobre as operações de crédito, bem como sobre as transações

internacionais, realizadas com o CARTÃO, conforme a legislação em vigor.

10.8. As transações internacionais serão faturadas pelo seu valor na moeda da aquisição convertido, obrigatoriamente, na data do processamento, para Dólares Americanos, e serão pagas em moeda nacional pelo valor apurado com base na taxa intermediária do mercado interbancário, utilizada para o fechamento dos contratos para remessa de dólares das compras realizadas em território internacional do dia de pagamento.

10.9. O saldo devedor em dólar será convertido, pelo DAYCOVAL, para a moeda corrente nacional, utilizando a taxa de conversão vigente no dia da emissão da fatura, devendo o TITULAR efetuar o pagamento desse saldo.

10.10. Após a data de vencimento da fatura, a dívida por esta representada será sempre considerada em moeda corrente nacional.

10.11. Na hipótese de ocorrer variação da taxa de conversão entre a data de emissão da fatura e a do seu respectivo pagamento, a diferença será ajustada (débito/crédito) na próxima fatura. O pagamento efetuado antes da data da emissão da fatura será considerado como amortização do saldo devedor em dólar, devendo, de qualquer forma, ser utilizada a taxa de conversão do dia da amortização. Neste caso, se ocorrer variação da taxa de conversão após a amortização, não serão efetuados ajustes.

CLÁUSULA 11ª – RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - DIVERGÊNCIAS

11.1. Havendo qualquer dúvida em relação à FATURA MENSAL, o TITULAR deverá entrar imediatamente em contato com o DAYCOVAL, por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, para que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as providências cabíveis, se aplicável.

11.2. Sem prejuízo da exigibilidade da consignação do valor da FATURA junto a CONVENIADA, o TITULAR poderá contestar por escrito, qualquer lançamento à débito ou à crédito constante na FATURA nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento da respectiva FATURA onde foi discriminado o lançamento alvo da contestação.

11.2.1. Na hipótese acima, o não exercício dessa faculdade implicará no reconhecimento pelo TITULAR da exatidão das TRANSAÇÕES e valores constantes na FATURA.

11.3. Para a contestação de TRANSAÇÕES pelo TITULAR, deverá ser apresentada contestação por escrito assinada pelo TITULAR, acompanhada de documentação pertinente e eventualmente pelo CARTÃO.

11.3.1. O TITULAR reconhece que a não apresentação da documentação requerida pelo DAYCOVAL poderá suspender o processo interno de análise da contestação.

11.4. CABE UNICAMENTE AO TITULAR PROMOVER, POR SUA CONTA E RISCO, QUAISQUER CANCELAMENTOS DE TRANSAÇÕES OU RECLAMAÇÕES CONTRA OS ESTABELECIMENTOS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS, EM DECORRÊNCIA DE SEU DIREITO DE ARREPENDIMENTO E/OU POR

EVENTUAIS VÍCIOS E DEFEITOS.

11.5. Se o TITULAR e/ou ADICIONAL tiver(em) qualquer divergência com um ESTABELECIMENTO deverá ainda assim o TITULAR efetuar o pagamento total devido ao DAYCOVAL e solucionar a divergência diretamente com o ESTABELECIMENTO, conforme disposto na cláusula 9.7 acima.

11.6. O TITULAR tem ciência de que o estomo e cancelamento de TRANSAÇÕES dependerão de solicitação do ESTABELECIMENTO à BANDEIRA, conforme regras e procedimentos previstos no relacionamento entre a BANDEIRA e o SISTEMA.

CLÁUSULA 12ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR

12.1. O TITULAR está ciente de que ao pagar, até a data de vencimento, qualquer valor entre o PAGAMENTO MÍNIMO informado e o total de sua FATURA, estará optando por financiar o saldo devedor remanescente, sujeito à incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA.

O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR.

12.2. Ao ser exercida a opção de financiamento referida no item 12.1., o DAYCOVAL abrirá um crédito ao TITULAR, na modalidade de crédito rotativo ou em outra modalidade de crédito oferecido pelo DAYCOVAL, cujo valor não poderá exceder ao SALDO DEVEDOR REMANESCENTE.

12.3. O CET – Custo Efetivo Total das operações de crédito passíveis de contratação pelo PORTADOR através do CARTÃO será indicado na própria FATURA, na forma de percentual mensal e anual.

12.3.1. O cálculo do CET será composto por todos os juros, tributos, tarifas e outras despesas devidas, nos termos deste contrato, considerando o valor do LIMITE DE CRÉDITO, menos o valor do PAGAMENTO MÍNIMO de cada mês, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

12.4. O saldo devedor financiado será computado pelo DAYCOVAL como utilização do LIMITE DE CRÉDITO, que será recomposto proporcionalmente à quitação das FATURAS.

CLÁUSULA 13ª – ENCARGOS DE CRÉDITO ROTATIVO

13.1. Sobre o saldo devedor não pago ou pago em atraso, bem como o valor remanescente ao PAGAMENTO MÍNIMO consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR, incidirão os encargos indicados na FATURA para crédito rotativo.

13.2. Ocorrências de inadimplência do TITULAR por falta de consignação do PAGAMENTO MÍNIMO junto a CONVENIADA em virtude de falha no processamento da CONVENIADA ou de determinações judiciais, serão de sua exclusiva responsabilidade o pagamento das FATURAS pendentes por meio da ficha de compensação correspondente. Caso em qualquer mês não seja possível que a CONVENIADA consigne o PAGAMENTO MÍNIMO na REMUNERAÇÃO do TITULAR, o DAYCOVAL

5

junto à CONVENIADA;

(k) rescisão da parceria firmada pelo DAYCOVAL com a CONVENIADA;

(l) inadimplemento de qualquer outra obrigação assumida neste Contrato; ou

(m) na ocorrência de qualquer/quaisquer hipótese(s) de suspensão do CARTÃO.

(n) na ocorrência de perda total ou parcial da margem consignável junto a CONVENIADA;

15. BLOQUEIO, CANCELAMENTO, VENCIMENTO ANTECIPADO E SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO

15.1. O DAYCOVAL poderá, a seu exclusivo critério, sem prejuízo da aplicação das demais disposições contratuais, bloquear, cancelar ou suspender temporariamente o uso de qualquer CARTÃO, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) atraso no pagamento ou descumprimento de qualquer obrigação prevista neste contrato;

(b) restrição de crédito em nome do TITULAR perante o SERASA, SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), CCF (Cadastro de Emitente de Cheques Sem Fundo) ou de qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso em pagamento ou descumprimento de obrigação financeira;

(c) uso irregular do CARTÃO;

(d) caso não seja possível a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA;

15.2. SE HOUVER SUSPEITA OU INDÍCIO DE USO IRREGULAR DO CARTÃO, O DAYCOVAL CONFIRMARÁ COM O PORTADOR OS DADOS CADASTRAIS E/OU COMPORTAMENTAIS DE CONSUMO, PODENDO SUSPENDER, TEMPORARIAMENTE, O USO DO CARTÃO, ATÉ QUE AS AVERIGUAÇÕES SEJAM CONCLUÍDAS.

15.3 O DAYCOVAL cancelará o CARTÃO e exigirá de imediato o pagamento antecipado do total da dívida, mediante aviso ao TITULAR com antecedência mínima de 2 (dois) dias, se:

(a) o TITULAR descumprir qualquer das obrigações assumidas neste contrato, sofrer protesto de título ou tiver sua insolvência requerida;

(b) qualquer declaração prestada pelo TITULAR for falsa ou enganosa ou, ainda incorreta ou incompleta;

(c) o TITULAR descumprir qualquer obrigação assumida em outros contratos com o DAYCOVAL;

(d) se o DAYCOVAL constatar que as informações prestadas pelo TITULAR são inverídicas e/ou insuficientes; ou

(e) nos demais casos previstos em lei.

15.4. Considerando que o CARTÃO será emitido com alguns benefícios e isenções concedidos exclusivamente em virtude da consignação junto a CONVENIADA, o DAYCOVAL poderá, mediante comunicação inserida na FATURA e/ou por comunicação endereçada ao TITULAR, bloquear o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES sempre que não for possível a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO junto a CONVENIADA. O DAYCOVAL poderá, ainda, a seu

exclusivo critério, cancelar o CARTÃO, caso persista a impossibilidade de consignação de valores.

15.5. Substituição e Reposição do CARTÃO: O CARTÃO será válido pelo prazo gravado no plástico que o compõe. O DAYCOVAL poderá emitir um novo CARTÃO em substituição ou reposição por ocasião do término do prazo de validade do CARTÃO vigente e continuará a proceder dessa maneira até que a conta do TITULAR seja cancelada.

15.5.1. Caso o CARTÃO apresente algum problema de funcionamento, o DAYCOVAL deverá ser comunicado, a fim de que proceda a sua substituição.

16. VIGÊNCIA

16.1. Este contrato entrará em vigor no momento da aceitação, assinatura ou utilização do CARTÃO, o que ocorrer primeiro, e vigorará por prazo indeterminado, podendo, nos termos da Cláusula 17 abaixo, ser rescindido imotivadamente e a qualquer tempo por qualquer uma das partes.

17. RESILIÇÃO

17.1. A qualquer tempo poderá o TITULAR e/ou o DAYCOVAL resilir(em) o presente contrato comunicando a outra parte por escrito sobre a sua decisão. Nesta hipótese o TITULAR deverá devolver os CARTÕES ao DAYCOVAL, devidamente inutilizados, e permanecerá responsável pelos débitos remanescentes decorrentes deste contrato, que deverão ser pagos pelo TITULAR de uma só vez.

17.2. Se a resilição for proposta pelo TITULAR ou pela CONVENIADA , o TITULAR deverá proceder a liquidação do saldo devedor apurado pelo DAYCOVAL por meio da ficha de compensação encaminhada com a FATURA.

18. ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. O DAYCOVAL poderá alterar este contrato em decorrência de mudanças na legislação e/ou regulamentação aplicável, bem como para ampliar a utilidade do CARTÃO, agregar-lhe outros serviços, o que será formalizado mediante aditivo e/ou nova versão com registro em Cartório e comunicado ao TITULAR por correspondência e/ou mensagem na FATURA.

18.2. Fica assegurado ao TITULAR o direito de manifestar-se contrariamente as alterações e exercer seu direito de rescindir o presente contrato em até 30 (trinta) dias da referida mensagem. A utilização do CARTÃO pelo TITULAR e/ou pelo ADICIONAL após este período implicará na sua adesão e concordância com as alterações efetuadas.

18.3. Os comunicados de alteração no contrato indicarão: (i) a(s) data(s) em que essa(s) alteração(ões) entrará(ão) em vigor; (ii) a informação de que o TITULAR tem a faculdade de rescindir o contrato caso discorde das alterações; e; (iii) a advertência de que a continuidade do uso do CARTÃO pelo TITULAR e/ou ADICIONAL após a entrada em vigor das alterações será tida como aceitação integral acerca de seu conteúdo pelo TITULAR.

19. CESSÃO OU TRANSFERENCIA

19.1. O TITULAR concorda que o DAYCOVAL poderá a qualquer tempo, ceder sua posição contratual ou transferir os

direitos e garantias decorrentes deste contrato para suas afiliadas, controladoras, controladas ou para qualquer instituição financeira que integre o grupo de empresas do DAYCOVAL. A cessão ou transferência não alterará o teor do Contrato e o DAYCOVAL obriga-se a cientificar o TITULAR acerca da Cessão ou Transferência.

19.2. Caso o TITULAR discorde da cessão ou transferência, poderá rescindir este contrato entrando em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO.

19.3. **Se o TITULAR e/ou ADICIONAL usar(em) o CARTÃO após o recebimento da notificação da cessão ou transferência, esses atos serão considerados pelo DAYCOVAL como renúncia pelo TITULAR à faculdade prevista no item 19.2. acima.**

20. DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. A tolerância ou transigência do DAYCOVAL não implicará novação, perdão, renúncia, alteração ou modificação do Contrato, sendo o evento ou omissão considerado, para todos os fins de direito, como mera liberalidade do DAYCOVAL, que transigiu, anuiu ou não exigiu o cumprimento da obrigação, não implicando, todavia, a renúncia do direito de exigir o cumprimento das obrigações aqui contidas, a qualquer tempo.

20.2. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a: (i) fornecer ao Banco Central do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e outros órgãos que a lei prever, qualquer informação relativa à TRANSAÇÕES que possam estar configuradas na Lei nº 9.613/98 e suas posteriores alterações – que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; (ii) em qualquer tempo, mesmo após o cancelamento do CARTÃO, bem como as sociedades pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL a: (a) trocar entre si informações suas constantes de seus cadastros; (b) fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Crédito – SCR, informações sobre o valor das dívidas a vencer e vencidas do TITULAR, as garantias prestadas; e; (c) consultar o Sistema de Informações de Crédito – SCR sobre eventuais informações constantes em sua base de dados a respeito do TITULAR.

20.2.1. O TITULAR declara estar ciente de que a consulta ao Sistema de Informações de Crédito – SCR depende de sua autorização prévia e que eventual consulta anterior, para fins desta contratação, contou com sua autorização, ainda que verbalmente.

20.2.2. O TITULAR poderá ter acesso, a qualquer tempo, aos seus dados no Sistema de Informações de Crédito – SCR, pelos meios colocados à disposição pelo Banco Central do Brasil.

Central de Atendimento: 3004 5300 Capitais e Regiões Metropolitanas 0800 721 5300 Demais Localidades Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados. -SAC 0800 – 775 0500 Para sugestões, reclamações e cancelamento. Site: www.daycoval.com.br	Serviço de Atendimento ao Deficiente Auditivo e de Fala: 0800 – 880 1919 Todos os dias, 24 horas, inclusive feriados. Ouviodoria: 0800- 777 0900 De segunda a sexta feira, das 09h às 18h, exceto feriados.
---	--

bloqueará o CARTÃO para novas TRANSAÇÕES, nos termos da cláusula 14.4. adiante, sem prejuízo da responsabilidade do TITULAR de efetuar o pagamento integral e pontual na data de vencimento constante na FATURA.

14. PENALIDADES

14.1. Caso não seja possível, em qualquer mês, a consignação do PAGAMENTO MÍNIMO pela CONVENIADA e o TITULAR não o efetue através da ficha de compensação que acompanha a FATURA, o TITULAR estará em mora pelo atraso ou falta de pagamento, estando sujeito as seguintes penalidades, calculadas desde a data do vencimento da FATURA até a data do efetivo pagamento:

(i) juros de financiamento (crédito rotativo) indicados na FATURA;

(ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês;

(iii) multa de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos;

14.2. O recebimento do valor principal pelo DAYCOVAL não significará a quitação dos encargos previstos neste contrato ou nas operações de crédito incidentes.

14.3. O atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, bem como o descumprimento de suas demais disposições, facultará ao DAYCOVAL efetuar, a seu exclusivo critério, o bloqueio e/ou cancelamento automático do CARTÃO, permanecendo o TITULAR responsável pelo pagamento das TRANSAÇÕES e respectivos valores não pagos até a data do cancelamento.

14.4. O TITULAR fica ciente desde já que além do bloqueio/cancelamento do CARTÃO, o atraso no pagamento de qualquer valor devido em relação a este contrato, acarretará na inclusão de seu nome nos cadastros do SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, SERASA e demais órgãos de proteção ao crédito.

14.5. A utilização do CARTÃO será interrompida antes do prazo de validade nas seguintes hipóteses:

(a) rescisão do presente contrato por qualquer das partes;

(b) solicitação de cancelamento do CARTÃO pelo TITULAR;

(c) comunicação de perda, roubo, furto ou extravio ao DAYCOVAL;

(d) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL, com prévia comunicação ao TITULAR;

(e) cancelamento do CARTÃO pelo DAYCOVAL por exigência judicial ou do Banco Central do Brasil, por utilização ilícita ou em desacordo com as normas vigentes;

(f) atraso no pagamento da FATURA MENSAL;

(g) falecimento do TITULAR;

(h) alteração de endereço cadastral sem notificação ao DAYCOVAL;

(i) bloqueio preventivo pelo DAYCOVAL caso as TRANSAÇÕES efetuadas sejam incompatíveis com o perfil de uso do PORTADOR;

(j) suspensão e/ou cancelamento do benefício e/ou rescisão do vínculo (relação de emprego) do TITULAR

6

20.2.3. Caso haja divergência nos dados do Sistema de Informações de Crédito – SCR informados pelo DAYCOVAL ou pelas sociedades pertencentes ao conglomerado do DAYCOVAL, o TITULAR poderá pedir a sua correção, exclusão ou registro de anotação complementar, mediante solicitação escrita e devidamente fundamentada ao DAYCOVAL.

20.3. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência, para divulgar produtos e serviços do conglomerado. Fica facultado ao TITULAR proceder o cancelamento desta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito ao DAYCOVAL.

20.4. Por meio da CENTRAL DE ATENDIMENTO, o DAYCOVAL prestará informações e tomará as devidas providências a fim de solucionar eventuais discrepâncias, prestar informações e esclarecer dúvidas relacionadas ao CARTÃO.

20.5. Este contrato obriga as partes, seus herdeiros e sucessores, sendo sempre aplicável a legislação bancária brasileira, as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e de naquilo que couber pelo Código Civil.

20.6. O TITULAR autoriza o DAYCOVAL, a seu exclusivo critério, proceder à compensação da dívida ou saldo devedor oriundos das FATURAS não pagas com quaisquer valores mantidos por este junto ao próprio DAYCOVAL e também em outras instituições financeiras, de modo a liquidar e/ou amortizar as obrigações inadimplidas junto ao DAYCOVAL decorrentes do uso do CARTÃO.

20.7. O TITULAR reconhece de forma irrevogável e irretratável que este contrato e suas respectivas FATURAS constituem título executivo para todos os fins e efeitos de direito, sendo passíveis de processo de execução, nos termos do art. 585 do Código de Processo Civil.

21. FORO
21. As partes elegem o foro da capital do Estado de São Paulo como o competente para dirimir quaisquer questões resultantes deste Contrato.

São Paulo, 22 de Julho de 2013.
<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div></div>
BANCO DAYCOVAL S.A.

Este contrato foi registrado sob nº 2.021.879 no 10º Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo – SP, em 07/08/2013.

RES: OFÍCIO SEI​ Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 4)

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 19:21

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>; Eliene Fatima Campoe Barbosa <eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>; Jonas Alves dos Santos Arrais <jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>; Anilson Fieker Pedrozo <anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>; Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>; Cristiano Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>; Fernanda Costa <fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implantacaooperacional <implantacaooperacional@bancodaycoval.com.br>

Boa noite.

Prezados.

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:

- CORNÉLIO VELOSO BRAGA
- DALVA FERREIRA DOS SANTOS

Atenciosamente.

**Equipe Convênios**

Financeira Consignado – Convênios

conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>

Assunto: OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI​ Nº 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE TOLEDO

2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI

RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825

Autos nº. 0005449-58.2021.8.16.0170

Trata-se de AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO proposta por CORNELIO VELOSO BRAGA em face de BANCO DAYCOVAL S.A, todos qualificados nos autos.

Segundo a inicial, conforme consta do boletim de ocorrência, o autor afirma que o contrato de empréstimo consignado, de número 50-8713231/2, que aparece em seu extrato de benefício, jamais foi solicitado ou autorizado, ou seja, que jamais firmou contrato de empréstimo consignado com o Banco requerido e nem sequer sabe como isso aconteceu, visto que jamais assinou qualquer documentação ou teve qualquer tratativa com o requerido. Relata sobre possível falsificação da assinatura do autor, que deve ser considerada, pela Justiça, com o máximo rigor, quando da Sentença. Pugna a repetição de indébito e a indenização por danos morais. Requer, ao final, a procedência da demanda, com a condenação em custas processuais e honorários advocatícios. Apresentou documentos.

A decisão de mov. 17 indeferiu o pedido de antecipação de tutela.

O banco Réu, em contestação (mov. 28) afirma que a parte autora firmou o empréstimo consignado em folha de pagamento e o valor integral contratado foi creditado em sua conta corrente, conforme comprovação de TED inclusa com a presente defesa, cujo valor o autor não devolveu para o requerido até o presente momento. Relata que foi formalizado contrato por escrito e devidamente assinado pelo autor e junta cópia do contrato de empréstimo consignado, firmado entre as partes, com assinaturas idênticas ao documento pessoal, que é o mesmo juntado pela parte autora ao ingressar com a presente ação. Narra que cumpriu com sua parte no contrato, inexistindo qualquer irregularidade nos documentos firmados. Rebate os demais termos da petição inicial. Ao final, requer a improcedência da ação, com a condenação da parte Autora aos ônus sucumbenciais. Apresentou documentos.

Impugnação a contestação (mov. 31).

Pedido de produção de prova, pelas partes (mov. 36 e 38).

É o relatório. **DECIDO.**

DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

O feito comporta julgamento antecipado da lide, já que os autos se encontram devidamente instruídos para a decisão final, nos termos do Artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Quanto ao pedido de produção de prova oral (mov. 36 e 38), tais pedidos não caracterizam a justificativa da pertinência e a finalidade de realização de tal prova oral.

Ademais disso, a parte autora questiona a assinatura do contrato e, entretanto, mesmo assim, não requer prova pericial grafotécnica.

Assim, sendo o juiz o destinatário das provas, cabe a ele aferir a necessidade ou não de outros elementos a serem colhidos, tendo por obrigação indeferir as diligências inócuas (art. 370, do CPC), quando as demais se mostram suficientes para a formação da sua convicção, como no caso dos autos.

Com fundamento no Artigo 370, do CPC, resta claro que o juiz é o destinatário da prova nos autos. Portanto, goza da prerrogativa da livre apreciação da prova para a formação de seu convencimento (Art. 371, do CPC).

A jurisprudência vem decidindo exatamente neste sentido:

“O juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, quando constatar que o acervo documental é suficiente para nortear e instruir seu entendimento.” **[1]**

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JULGAMENTO ANTECIPADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CASO CONCRETO. NÃO OCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O julgamento antecipado não caracteriza cerceamento de defesa, quando a realização de perícia for desnecessária à resolução da lide. 2. Apelação cível conhecida e não provida. **[2]**

Assim, indefiro o pedido de produção de provas, pelas partes nos autos.

DO MÉRITO.

Ressalto que incide ao caso em exame o Código de Defesa do Consumidor porque se está diante de uma relação típica de consumo, seja ela pelo conceito da teoria finalista mitigada ou pelos conceitos de consumidor por equiparação, pois se vislumbra uma relação jurídico-obrigacional que liga um consumidor a um fornecedor, tendo como objeto o oferecimento de um produto ou serviço.



A legislação consumerista adota a responsabilidade objetiva, visando a proteção efetiva do consumidor, em cumprimento a um comando Constitucional.

Assim, o fornecedor está obrigado por lei a reparar o dano sofrido pelo consumidor independentemente da existência de culpa, apenas eximindo-se da responsabilidade caso comprove a inexistência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor.

Da análise do contrato (mov. 28.1), verifica-se se tratar de empréstimo consignado no valor de R\$ 2.365,57, sendo creditado ao emitente tal valor na sua totalidade, conforme o autor confirma no boletim de ocorrência anexado aos autos (mov. 1.7).

Ademais disso, o documento de mov. 28.3 demonstra que houve a cobrança de tão somente três parcelas do referido financiamento, conforme informado pelo requerido, em contestação.

Ressalto que tal particularidade não foi objeto de manifestação, pelo autor, por ocasião da impugnação a contestação, vindo tão somente afirmar que “os descontos continuam acontecendo”.

Destaco também que o autor, em momento algum dos autos, demonstrou interesse na devolução do valor recebido, a título de empréstimo.

Consta dos autos, portanto, que houve a rescisão contratual, de forma administrativa, pelo banco réu, conforme informado em contestação.

Assim, o pedido inicial de cancelamento do negócio jurídico já restou resolvido, administrativamente, após a propositura da ação e, desnecessita de apreciação judicial, neste momento dos autos.

Houve, com isso, o reconhecimento jurídico parcial do pedido inicial, no tocante ao requerimento de cancelamento do negócio jurídico.

DO PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DE VALORES.

O banco réu pleiteou, em contestação, a compensação do valor de R\$ 2.365,57 disponibilizado ao autor corrigido e atualizado.

Por sua vez, o autor requereu, em petição inicial, a devolução integral e em dobro dos valores já descontados.

Ressalto que a devolução deverá se dar de forma simples e não em dobro porque o art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor estabelece que, no caso de cobrança indevida de dívida do consumidor, este terá direito à repetição do indébito, em valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

A questão que se apresenta cinge-se à correta interpretação do que se deve entender por engano justificável apto a evitar a devolução dobrada do indébito. Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial predominante, para a imposição da sanção civil a que se refere o parágrafo único do art. 42 do CDC, faz-se mister a caracterização de má-fé no agir do fornecedor, sem o que se afigura possível a invocação da causa excludente de responsabilidade (engano justificável) pela repetição do indébito dobrada. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL 01 CONHECIDA E PROVIDA. RECURSO DE APELAÇÃO 02 (BANCO). PLEITO PELA EXCLUSÃO DOS DANOS MORAIS. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. MATÉRIA PREJUDICADA EM RAZÃO DO PROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR. DEVOUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS DA CONTA CORRENTE. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA DA MÁ-FÉ DO BANCO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DEVOUÇÃO SIMPLES DOS VALORES. READEQUAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. I. Não restando o Banco condenado pela sentença ao pagamento dos danos morais, não pode o recurso ser conhecido neste tocante por ausência de interesse recursal. II. A aplicação da penalidade prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, qual seja, repetição em dobro, apenas, se justifica quando comprovada a existência de má-fé, o que não ocorreu no caso. APELAÇÃO CÍVEL 02 PARCIALMENTE CONHECIDA E NESTA PARTE PROVIDA. [3]

Portanto, os valores descontados indevidamente devem ser restituídos de forma simples.

Desta feita, cabe a pleiteada compensação de valores, entre as partes, devendo o autor devolver o valor creditado em sua conta bancária e devendo o réu devolver os valores pagos do contrato rescindido.

DO DANO MORAL.

O dano moral é aquele que afeta a personalidade e, de alguma forma, ofende a moral e a dignidade da pessoa humana.

A reparação do dano moral tem uma natureza compensatória, e possui função punitiva ou pedagógica, visando a desestimular o ofensor, especialmente em ilícitos graves.

Dessa forma, na avaliação do dano moral, o juiz deve medir o grau de seqüela produzido, que diverge de pessoa a pessoa, verificando a humilhação, a vergonha, as situações vexatórias, a posição social do

ofendido, e a repercussão negativa em suas atividades.

No presente caso, denota-se que o desconto, ainda que realizado indevidamente, não teve o condão de gerar danos morais à parte, podendo ser considerado como mero dissabor.

Em verdade, o caso dos autos amolda-se a mera cobrança indevida, a qual, ainda que injusta, não configura qualquer dano à imagem, à intimidade, à vida privada, à honra ou à dignidade do autor.

Vale dizer, não se nega que a situação narrada nos autos tenha causado aborrecimentos à parte durante certo lapso de tempo, todavia, o sentimento exacerbado de indignação não gera a indenização pretendida, sendo certo que a mera cobrança indevida, sem a demonstração da ocorrência de maiores prejuízos, por si só, não se traduz em dano moral.

Dessa forma, o mero dissabor, o aborrecimento e a irritação, tal como revelados no caso, não têm o condão de acarretar o dano moral, menos ainda, de constituir título indenizatório.

Com efeito, o mero aborrecimento surgido na vida em sociedade, além de fazer parte da normalidade do nosso cotidiano, não rompe o equilíbrio psicológico do ser humano.

O instituto do dano moral não pode ser desvirtuado ensejando indenizações pelos mais triviais dissabores. Antunes Varela, citado por Sérgio Cavalieri Filho[4], tratando do assunto observa que *"a gravidade do dano há de medir-se por um padrão objetivo (conquanto a apreciação deva ter em linha de conta as circunstâncias de cada caso), e não à luz de fatores subjetivos (de uma sensibilidade particularmente embotada ou especialmente requintada)."*

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C CANCELAMENTO DE CONTRATO E INDENIZAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IMPUGNAÇÃO À AUTENTICIDADE DA ASSINATURA APOSTA No CONTRATO DE CARTÃO CONSIGNADO. ÔNUS DA PROVA DO APRESENTANTE. INÉRCIA DO BANCO. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. DESCONTOS INDEVIDOS. CONTRATO INVÁLIDO. RESTITUIÇÃO SIMPLES DEVIDA. ABALO MORAL NÃO DEMONSTRADO. SENTENÇA REFORMADA. O ônus da prova, quando se tratar de contestação de assinatura, incumbe à parte que apresentou o documento, consoante o art. 429, inciso II, do NCPC. A realização mensal de descontos indevidos, decorrentes de empréstimo cartão de crédito consignado inválido, no benefício previdenciário da autora, dá ensejo à repetição, de forma simples, das parcelas descontadas, haja vista que, no caso concreto, não há demonstração de que a instituição financeira tivesse o intuito deliberado de prejudica-la, mesmo porque fez os descontos em razão de contrato que entendia válido. Por outro lado, "Mero aborrecimento, dissabor, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral". Recurso especial conhecido e provido (STJ - REsp 303396/PB, Quarta Turma, Min. Barros Monteiro, DJ: 24/02/2003). APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. [5]

AÇÃO REVISIONAL C/C TUTELA INIBITÓRIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO PESSOAL – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – ACOLHIMENTO DO CÁLCULO DO AUTOR QUE RESULTA NA QUITAÇÃO DOS CONTRATOS – INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS EM RELAÇÃO A ESSES PACTOS – PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DOS DESCONTOS DAS PARCELAS EM CONTA CORRENTE – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ABALO SOFRIDO – MERO ABORRECIMENTO, QUE NÃO IMPLICA DANOS DE ORDEM MORAL – PRECEDENTES – SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Apelação parcialmente provida. [6]

Assim, embora a situação criada tenha causado à parte autora certo aborrecimento, não houve dano moral, suscetível de indenização.

DO DISPOSITIVO.

Pelo exposto, julgo **EXTINTO** o processo em relação ao pedido de anulação do negócio jurídico, com fundamento no artigo 487, inciso III, letra “a” do Código de Processo Civil e julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito inicial, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Por consequência:

- DECLARO rescindido o contrato estabelecido entre as partes;
- CONDENO o Requerido a efetuar o recálculo das parcelas do referido contrato e a devolução dos valores pagos, na forma simples. O referido valor deverá ser devidamente corrigido pela média do INPC e IGP-DI a contar da data de cada desconto indevido e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a incidir desde a citação do requerido.
- DETERMINO a devolução, pelo autor, do valor creditado em sua conta bancária, resultante do contrato, objeto dos autos. O referido valor deverá ser devidamente corrigido pela média do INPC e IGP-DI e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ambos a contar da data do depósito bancário.

Condeno ambas as partes aos encargos de sucumbência na proporção de 25% (setenta e cinco por cento) para a parte autora e 75% (vinte e cinco por cento) para a parte ré.

Quanto à verba honorária, fixo os honorários sucumbenciais em 20% (vinte por cento) do valor total da compensação deferida nos autos, nos termos do Art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Observem-se as hipóteses de justiça gratuita.

Interposto recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme dispõe o Art. 1.010, § 1º, do CPC.

Se apresentada apelação adesiva, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Art. 1.010, § 2º, do CPC.

Caso as contrarrazões do recurso principal ou do recurso adesivo ventilem matérias elencadas no Art. 1.009, § 1º, do CPC, intime-se o recorrente para se manifestar sobre elas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme dispõe o Art. 1.009, § 2º, do CPC.

Após as formalidades acima, se for o caso, dê-se vista ao Ministério Público e, após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Art. 1.010, § 3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuado direta e integralmente pela Corte ad quem (Art. 932, III, do CPC).

P. R. I. Oportunamente arquivem-se.

DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO
Juíza de Direito

[1]STJ. AgRg no AREsp 177.142/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 12/08/2014, DJe 20/08/2014.

[2]TJPR - 15ª C.Cível - 0000997-49.2018.8.16.0157 - São João do Triunfo - Rel.: Desembargador Luiz Carlos Gabardo - J. 17.08.2020.

[3] TJPR - 15ª C.Cível - 0032075-49.2015.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: Shiroshi Yendo - J. 27.02.2019.

[4]Programa de Responsabilidade Civil. Ed. Malheiros Editores Ltda., 1996, pg. 76.

[5]TJPR - 15ª C.Cível - 0016133-35.2019.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: Desembargador Hayton Lee Swain Filho - J. 20.07.2020.

[6]TJPR - 15ª C.Cível - 0023198-61.2018.8.16.0019 - Ponta Grossa - Rel.: Juíza Elizabeth M F Rocha - J. 29.06.2020.



SPB - Comprovante de TED**Transação**

Evento: STR0007	Versão Manual: 5.01	Num. Controle IF: 8655924
Sistema Origem: FNCE	Sub Sistema Origem: INSSP	Num. Origem: 8655924
Agendamento: 05/04/2021 13:48	Incluída em: 05/04/2021 13:48:32	Natureza: DÉBITO
Valor: 2.365,57	Prioridade: D	Afeta Reserva: SIM (05/04/2021 17:08)
Status: Respondida	Status Str: Efetivada	IF Contra Parte: 60746948 - BRADESCO
NU: 62232889202104053264395	No. Controle SPB: STR20210405035538880	No. Controle STR: STR20210405035538880
Usuário: FINANCEIRA		

Log MQ

Sequencial: 46364847	IF Externa: 00038166 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Fila:
Data do PUT (GMT): 05/04 20:08:26		Status: 2

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8655924
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	60746948 - BRADESCO
Agência Creditada:	6720
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	0037273
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	38776901904
Nome Cliente Creditado Titular:	CORNELIO VELOSO BRAGA
Valor Lançamento:	2.365,57
Finalidade IF:	40 - Liberação de Operações de Crédito

Histórico: [LIB](#)

Nível Preferência: [B - Maior](#)

Data Movimento: [05/04/2021](#)

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: CORNELIO VELOSO BRAGA			
E-mail:	CPF: 387.769.019-04	RG: 19465349	Dt de Nasc: 04/05/1960
Endereço: AVENIDA LIBERDADE, 20, - VARZEA	CEP: 50810-460	Cidade: RECIFE	UF: PE
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.439,45	b) IOF: R\$ 73,88	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.346,03
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7876 % a.m (30d) 23,6909 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.785,48	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 56,97	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,88% a.m. 25,48% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 2.365,57	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: CORNELIO VELOSO BRAGA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 387.769.019-04	Banco: 237	Agencia: 6720	Conta corrente: 003727-3
p) Correspondente no País: GFT PROMOTORA DE VENDAS LTDA			CNPJ: 17.278.571/0001-95
Nome do agente: Julienne Marcelly Amorim			CPF: 063.244.204-26
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento			Nome do Empregador: INSS
			CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, “f”, em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. “Vencimento” significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo “CCB” significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, “m”) será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra “n” do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, “e”, “k”, “m”, e “n”) (“Data da Liberação”) e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, “e”, desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: _____

Carmelo Nelson Bui

 ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



PR

NOME
CORNELIO VELOSO BRAGA



CPF
1946534-9

SESP

PR

DATA EXPIRAÇÃO
387.769.019-04 04/05/1960

POSIÇÃO
SEBASTIAO VELOSO BRAGA

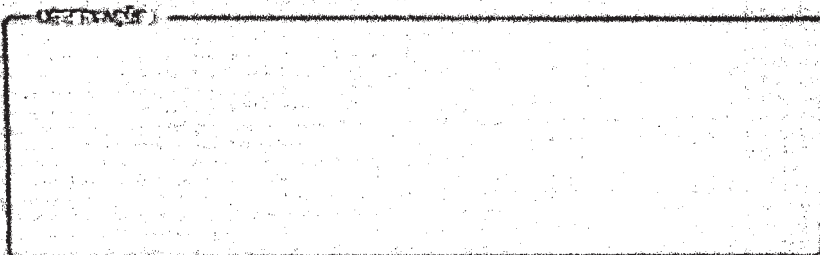
JUDITE LUIZA NORONHA

PERMISSÃO
C

Nº REGISTRO
02248525390

VALIDADE
10/04/2022

DATA EMISSÃO
25/10/1978



LOCAL
TOLEDO, PR

DATA EMISSÃO
10/04/2017

[Handwritten signature]

02261746563
FR912421600

PARANÁ

000 0000 0000 0000

O TERRITÓRIO NACIONAL

1439549486

1439549486

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Cornelio Veloso Braga (nome completo sem abreviaturas), Brasileira (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 19465349 / , inscrito (a) no CPF sob nº 384 . 469 . 019 - 04, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à Av. Liberdade, 20 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro Vareza, Cidade Recife, Estado PE, CEP: 50.810-460. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Recife, 05 de 04 de 2021.

Cornelio Veloso Braga

DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.



08/03/2019

Número: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito João Luis Fischer Dias**

Última distribuição : **07/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.020,00**

Relator: JOAO LUIS FISCHER DIAS

Processo referência: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
DALVA FERREIRA DOS SANTOS (RECORRENTE)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RECORRIDO)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7518915	07/03/2019 16:26	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0707516-07.2018.8.07.0009

RECORRENTE(S) DALVA FERREIRA DOS SANTOS

RECORRIDO(S) BANCO DAYCOVAL S/A

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1155167

EMENTA

**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO
CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO
INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O
CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO.
CARTÃO SEM USO. NULIDADE DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR
RECEBIDO E O EFETIVAMENTE PAGO PELA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS NÃO
CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO
NORMATIVA INSS/PRES N° 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.**

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.
3. Com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.
4. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 6578247), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC.



5. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente contratado e por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

6. Para fins de normatizar os efeitos da declaração de nulidade, com a restituição possível *ao status quo ante*; deve ocorrer a compensação (art. 368, CC) nos seguintes termos: o crédito do banco decorrente do depósito do valor mútuo, considerado o valor histórico (sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor efetivamente pago pelo consumidor pelas prestações respectivas. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança pela parte credora.

7. Precedentes: [Acórdão n.1141698](#), 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. *versus* DIJALMA DA SILVA SANTOS. [Acórdão n.1142749](#), 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

8. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raíais do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

9. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE** para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC; condenar o Banco a cessar definitivamente os descontos em folha de pagamento ou conta bancária do consumidor; determinar, como efeito da nulidade declarada, que se opere a compensação na forma do art. 368 do CCB, nos seguintes termos: o crédito do banco derivado do depósito do valor mútuo, (considerado o valor histórico, sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor das prestações efetivamente pagas pelo consumidor. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança.

10. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

11. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 27 de Fevereiro de 2019



RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela autora contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional. Assevera, ainda, que não utilizou o cartão, uma vez que o mesmo jamais lhe foi enviado.

Contrarrazões apresentadas (ID 6578264).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.

Com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.

Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 6578247), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC.



No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente contratado e por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

Para fins de normatizar os efeitos da declaração de nulidade, com a restituição possível *ao status quo ante*; deve ocorrer a compensação (art. 368, CC) nos seguintes termos: o crédito do banco decorrente do depósito do valor mútuo, considerado o valor histórico (sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor efetivamente pago pelo consumidor pelas prestações respectivas. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança pela parte credora.

No sentido acima colaciono os seguintes precedentes das Turmas recursais:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA AFASTADA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. PRETENSÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. INOBSERVÂNCIA DO DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA. RESTITUIÇÃO DOS CONTRATANTES AO STATUS QUO ANTE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO. PREJUDICIAL AFASTADA E PROVIDO EM PARTE. I. (...)

VII. Resta minimamente comprovada a realização do saque e a disponibilização do crédito a parte autora, devendo, pois, ser compensado o crédito recebido com o montante descontado do benefício previdenciário, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença. (...) ([Acórdão n.1141698](#), 07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. versus DIJALMA DA SILVA SANTOS.) (Grifo nosso)

JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO MENSAL, MEDIANTE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS. ABUSIVIDADE. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. COMPENSAÇÃO. 1. (...) 4. Assim, devem ser suspensos os descontos referentes a RMC diretamente no benefício do recorrente, bem como restituídos os já realizados, nos exatos termos delineados em sentença. **Cumpra ressaltar que o saldo devedor referente ao valor de empréstimo efetivamente disponibilizado deve ser quitado pelo consumidor, a fim de que não incorra em enriquecimento sem causa, o que poderá ser feito mediante compensação com o valor devido pelo banco recorrente, nos termos do art. 368, do CC. (...)** ([Acórdão n.1142749](#), 07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A). (Grifo nosso)



JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE EMPRÉSTIMO. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL - RMC. DEVER DE INFORMAÇÃO. DESVANTAGEM EXAGERADA. VÍCIO NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE DO CONTRATO. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. (...)

12. Para se evitar locupletamento indevido pelo consumidor, impõe-se a devolução apenas da diferença entre o valor efetivamente cobrado até a declaração de nulidade dos contratos e do valor comprovadamente disponibilizado, caso ultrapassado, aplicando-se o instituto da compensação previsto nos artigos 368 e seguintes do Código Civil. (...) (Acórdão n.1136555, 07012413920188070010, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/11/2018, Publicado no DJE: 22/11/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A versus JOAO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA)

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raias do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

Recurso **CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE** para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC; condenar o Banco a cessar definitivamente os descontos em folha de pagamento ou conta bancária do consumidor; determinar, como efeito da nulidade declarada, que se opere a compensação na forma do art. 368 do CCB, nos seguintes termos: o crédito do banco derivado do depósito do valor mútuo, (considerado o valor histórico, sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor das prestações efetivamente pagas pelo consumidor. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à minguia de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME







29/10/2018

Número: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia**

Última distribuição : **14/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.020,00**

Assuntos: **Contratos Bancários, Defeito, nulidade ou anulação, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Moral, Capitalização e Previdência Privada, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
DALVA FERREIRA DOS SANTOS (AUTOR)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RÉU)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24467850	25/10/2018 18:03	Sentença	Sentença

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

2JECICRSAM

2º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia

Número do processo: 0707516-07.2018.8.07.0009

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

RÉU: BANCO DAYCOVAL S/A

S E N T E N Ç A

Dispensado o relatório na forma da Lei, cabível o julgamento antecipado da lide, porque as partes não indicaram testemunhas para serem ouvidas. Ademais, o teor da petição inicial e da contestação, bem como os documentos convergidos aos autos, já autorizam a prolação de uma sentença de mérito. Assim, INDEFIRO o pleito de ID 23792780.

Não foram arguidas preliminares/prejudiciais, e presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, de modo que passo ao exame da causa.

Conquanto a relação jurídica entabulada entre as partes esteja jungida às normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, isso não basta para o reconhecimento de procedência do pleito inaugural.

A respeito do contexto fático, a autora noticiou, em apertada síntese, que percebe benefício previdenciário e ao verificar seu extrato de pagamento constatou que o réu, sem que houvesse qualquer solicitação, implementou/implantou empréstimo de reserva de margem para cartão de crédito consignado, passando a partir de 11/10/2016 a debitar mensalmente o valor de R\$ 33,88, a título de RMC. Aduziu que o serviço em questão não foi solicitado, tratando-se de fraude contratual, e que em todos os empréstimos realizados anteriormente a assinatura do contrato se deu com base na confiança, contudo nunca houve qualquer informação relativa a cartão de crédito consignável. Ao final pugnou, dentre outros, pela declaração da inexistência do débito referente ao EMPRÉSTIMO sobre a RMC e a condenação do réu a restituir em dobro os valores descontados.

O demandado contestou o pedido no ID 23627819.

Da análise dos autos, vejo que razão não assiste à requerente, pois o documento juntado no ID 23629457, pág. 1, comprova que as partes celebraram “Termo de Adesão as condições gerais de emissão e utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval”, com autorização para constituição de reserva de margem consignável de até 5% de sua remuneração para pagamento mínimo mensal da fatura do cartão de crédito consignado do banco réu. Também há declaração expressa de ciência da autora a respeito do pagamento da fatura do cartão de crédito a ser realizado em seu valor integral, pois a consignação consiste

apenas no pagamento do valor mínimo da fatura, conforme documento de ID 23629457, pág. 2, o qual especifica o valor do saque e as taxas de juros, IOF e tarifas aplicadas.

Além disso, merece registro que no áudio juntado no ID 23629430 há gravação entre a preposta da ré e a autora, quando foram feitas confirmações para liberação do cartão de crédito consignado com valor de pré-saque que a cliente solicitou ao banco, e ao final a requerente manifesta concordância e confirma a aprovação do saque através do cartão de crédito do banco réu, o que está de acordo com os documentos de ID 23629457 e faturas de ID 23629467.

Assim, os documentos acostados pelo promovido atestam a ciência inequívoca da demandante a respeito do contrato celebrado e sua finalidade, de modo que o dever de informação restou suficientemente atendido, restando assim comprovada a regular contratação, na qual a quantia foi disponibilizada à requerente, e está sendo descontado o valor mínimo do seu benefício. Ademais, não prospera a alegação de que a modalidade de contrato firmado entre as partes é abusiva por tornar a dívida impagável, porquanto a autora pode utilizar a fatura mensal para amortizar a dívida, pagando qualquer valor entre o mínimo já descontado e o total do débito, até a data do vencimento. Nessa esteira:

“JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLAREZA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. NÃO COMPROVADA A DISSONÂNCIA ENTRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA E A VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, consistentes na declaração de inexistência ou nulidade da contratação de empréstimo consignado (cartão de crédito) com reserva da margem de crédito (RMC); restituição em dobro dos valores que foram pagos a título de RMC; compensação por danos morais. Em seu recurso, sustenta que houve falha no dever de informação a cargo do fornecedor e vício de consentimento, uma vez que a parte autora acreditava estar formalizando um empréstimo consignado, visto que jamais pretendeu contratar os serviços de cartão de crédito consignado. Aduz que o procedimento de contratação foi idêntico ao de um empréstimo consignado. Assevera que se trata de cartão fictício, cujo plástico nunca foi entregue à parte recorrente, que não pode ficar eternamente presa aos descontos referentes à RMC. **II.** Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante a concessão da gratuidade de justiça (ID 4692337). Contrarrazões apresentadas (ID 4692339). **III.** A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54). No entanto, a caracterização da relação de consumo, a situação de hipervulnerabilidade do consumidor e a existência de um contrato de adesão não autorizam, por si, a procedência do pedido. **IV.** No caso, o documento colacionado sob o ID 4692320 revela claramente que houve "contrato para utilização do cartão de crédito INTERMEDIUM", com autorização para descontos de valores diretamente na fonte pagadora. Há, ainda, "Autorização de constituição de reserva de margem consignável - RMC nos benefícios previdenciários" da parte recorrente, com tomada de "empréstimo" no valor de R\$ 3.888,65 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais, sessenta e cinco centavos), contratada em 6.10.2015, com parcelas mensais de R\$ 141,74, além de descrição da taxa efetiva anual e do valor total a pagar (ID 4692320 - Pág. 3). Assim, não há que se falar em falha no dever de informação, pois o contrato atende ao disposto no art. 52 do CDC. **V.** Nessa esteira, não se pode declarar a inexistência do débito, pois além da comprovada a regular contratação, a quantia foi devidamente liberada em favor da parte recorrente. **VI.** Por derradeiro, não prospera o argumento da parte autora de que o empréstimo é abusivo, e que os descontos mensais seriam ilimitados e acarretariam uma dívida eterna, uma vez que a permanência do débito decorre exclusivamente da falta de pagamento do valor integral devido, visto que a parte autora vem realizando apenas o pagamento mensal do mínimo estipulado ou em algumas ocasiões valores

superiores ao mínimo, que, no entanto, não são suficientes para a quitação do débito. ouve VII. Portanto, embora se trate de relação de consumo, por inexistir abusividade patente no contrato coligido aos autos, devem prevalecer os termos avençados pelas partes. Precedente: "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2 - Contrato de empréstimo. Quitação não demonstrada. O conjunto probatório evidencia que a autora contraiu empréstimo bancário, com desconto das parcelas diretamente na fatura de seu cartão de crédito (fls. 18/22). Não há demonstração de quitação do contrato, uma vez que a quantia depositada para pagamento antecipado das parcelas remanescentes (fl. 40) era insuficiente para saldar a totalidade da dívida, que compreendia, além das parcelas, os demais débitos do cartão de crédito. Incabível, portanto, a declaração de inexistência de débitos. 3 - Responsabilidade civil. Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de inscrição indevida ou de qualquer outra ilegalidade imputada à ré, não se acolhe o pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 600,00, pela recorrente vencida, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça". (Acórdão n.1000543, 20161210002178ACJ, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA 1ª TURMA RECURSAL, Data de Julgamento: 23/02/2017, Publicado no DJE: 09/03/2017. Pág.: 268/274) VIII. Assim, diante da inexistência de qualquer ato ilícito da parte recorrida, descabe falar em reparação de danos morais ou materiais na espécie. IX. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor corrigido da causa, contudo suspendo a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do NCPC. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95".

([Acórdão n.1128307](#), 07137542120188070016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 03/10/2018, Publicado no DJE: 10/10/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Nessas condições, resta apenas afastar os pleitos aviados na exordial, já que os descontos realizados em folha de pagamento tiveram por base ajuste escrito firmado entre as partes, os quais não se revestiram, por isso, do caráter de "indevidos", e sequer restou demonstrado descumprimento contratual por parte do réu, ou violação aos direitos de personalidade.

Com essas considerações, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados e resolvo a questão de mérito com base no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários.

P.R.I.

MARCIO ANTONIO SANTOS ROCHA

Juiz de Direito

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

Valor Total Devedor
R\$ 736,08

Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 45,91

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 690,17

Vencimento
10/10/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	758,75
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	45,91
(+) Despesas/Débitos	R\$	23,24
(=) Saldo Total Devedor	R\$	736,08

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	712,84
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	21,38
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	21,38

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,96
Saque/Telesaque	9,69	203,28
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	20,70
R\$	0,00
R\$	4,3832
	20/10/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
10/09/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,86
10/09/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-45,91
19/09/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		21,38



Bradesco | 237-2 | 23792.37411 90701.009947 43006.332100 1 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/07010099443-6
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/10/2018
Valor do Documento : R\$ 736,08
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6



Bradesco

237-2

23792.37411 90701.009947 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/10/2018
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
20/09/2018	0	RECIBO	N	20/09/2018	19/07010099443-6
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - **Ficha de compensação**



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 824,50****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 0,00

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 824,50**Vencimento**
10/11/2016

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	781,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	0,00
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	0,00
(+) Despesas/Débitos	R\$	824,50
(=) Saldo Total Devedor	R\$	824,50

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	0,00
Saque/Telesaque	R\$	781,20
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	0,00
Saque/Telesaque	R\$	23,62
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,62

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,36	3,36
Saque/Telesaque	3,36	3,36
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	4,04	60,89
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	27,70
R\$	0,00
R\$	3,3685
	19/11/2016

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
14/10/2016	RETIRADA PAIS		15,00
14/10/2016	TELESAQUE		781,20
14/10/2016	IOF ADICIONAL SAQUE		2,96
14/10/2016	IOF DIARIO SAQUE		1,72
20/10/2016	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,62

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/57010099443-9
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/11/2016
Valor do Documento : R\$ 824,50
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco****237-2**

23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/11/2016
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
21/10/2016	0	RECIBO	N	21/10/2016	19/57010099443-9
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					824,50
					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					0,00
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					824,50
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 852,19**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 818,31
Vencimento
10/12/2016

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	781,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	824,50
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	0,00
(+) Despesas/Débitos	R\$	27,69
(=) Saldo Total Devedor	R\$	852,19

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	824,50
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	27,69
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	27,69

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,36	3,36
Saque/Telesaque	3,36	3,36
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	4,03	60,61
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	27,49
R\$	0,00
R\$	3,5613
	20/12/2016

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
20/11/2016	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
20/11/2016	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,66
20/11/2016	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		27,03



Bradesco | 237-2 | 23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/67010099443-3
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/12/2016
Valor do Documento : R\$ 852,19
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6



Bradesco | 237-2 | 23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/12/2016	
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário	
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6	
Data do Documento	Nº do documento		Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
19/11/2016	0		RECIBO	N	19/11/2016	19/67010099443-3	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento	
	000	19	R\$			852,19	
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)	
						33,88	
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)	
						818,31	
						(-) Descontos / Deduções	
						(+) Outros Acréscimos	
						(=) Valor Cobrado	

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 851,24****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 30,49

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 820,75**Vencimento**
10/01/2017

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	781,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	852,19
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	32,93
(=) Saldo Total Devedor	R\$	851,24

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	818,31
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	28,40
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	28,40

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,36	3,36
Saque/Telesaque	3,36	3,36
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	4,03	60,62
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	27,57
R\$	0,00
R\$	3,5367
	22/01/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/12/2016	IOF DIARIO ROTATIVO		1,40
07/12/2016	IOF ADICIONAL ROTATIVO		3,13
10/12/2016	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
22/12/2016	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,70
22/12/2016	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		27,70

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 91701.009945 43006.332100 8 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/17010099443-0
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/01/2017
Valor do Documento : R\$ 851,24
Valor Pago :
Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 91701.009945 43006.332100 8 00000000000000

Local de pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento					Vencimento 10/01/2017
Beneficiário Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					Agência / Código Beneficiário 2374-4/000000063321-6
Data do Documento 23/12/2016	Nº do documento 0	Espécie do doc. RECIBO	Aceite N	Data processam. 23/12/2016	Nosso Número 19/17010099443-0
Uso do Banco	CIP 000	Carteira 19	Moeda R\$	Quantidade	Valor
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(=) Valor documento 851,24
					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha) 30,49
					(=) Saldo Devedor (após mínimo) 820,75
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 851,30**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 817,42
Vencimento
10/02/2017

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	781,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	851,24
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	30,49
(+) Despesas/Débitos	R\$	30,55
(=) Saldo Total Devedor	R\$	851,30

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	820,75
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	28,48
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	28,48

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,36	3,36
Saque/Telesaque	3,36	3,36
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	4,08	61,52
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	27,46
R\$	0,00
R\$	3,3506
	20/02/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/01/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		2,07
10/01/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-30,49
23/01/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,88
23/01/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		27,60

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 92701.009943 43006.332100 4 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/27010099443-5
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/02/2017
Valor do Documento : R\$ 851,30
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

Bradesco **237-2** 23792.37411 92701.009943 43006.332100 4 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/02/2017
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
24/01/2017	0	RECIBO	N	24/01/2017	19/27010099443-5	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			851,30
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						33,88
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						817,42
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 845,11****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 811,23**Vencimento**
10/03/2017

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	781,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	851,30
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	27,69
(=) Saldo Total Devedor	R\$	845,11

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	817,42
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	25,62
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	25,62

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,36	3,36
Saque/Telesaque	3,36	3,36
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	4,03	60,60
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	27,25
R\$	0,00
R\$	3,2773
	23/03/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/02/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		2,07
10/02/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
20/02/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,89
20/02/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		24,73

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 93701.009941 43006.332100 1 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/37010099443-P
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/03/2017
Valor do Documento : R\$ 845,11
Valor Pago :
Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 93701.009941 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento		10/03/2017
Pagável em qualquer banco até o vencimento							
Beneficiário							Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90							2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento		Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
21/02/2017	0		RECIBO	N	21/02/2017	19/37010099443-P	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento	
	000	19	R\$			845,11	
Instruções							(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.							33,88
							(=) Saldo Devedor (após mínimo)
							811,23
							(-) Descontos / Deduções
							(+) Outros Acréscimos
							(=) Valor Cobrado

DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

Sacador / Avalista



Autenticação mecânica - Ficha de compensação

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 841,26**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 807,38
Vencimento
10/04/2017

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	781,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	845,11
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	30,03
(=) Saldo Total Devedor	R\$	841,26

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	811,23
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	28,16
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	28,16

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,36	3,36
Saque/Telesaque	3,36	3,36
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	4,04	60,90
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	27,12
R\$	0,00
R\$	3,2952
	19/04/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/03/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,87
10/03/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
20/03/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		1,04
20/03/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		27,12

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 94701.009949 43006.332100 7 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/47010099443-4
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/04/2017
Valor do Documento : R\$ 841,26
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 94701.009949 43006.332100 7 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/04/2017
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
21/03/2017	0	RECIBO	N	21/03/2017	19/47010099443-4	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			841,26
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						33,88
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						807,38
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 834,13**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 800,25
Vencimento
10/05/2017

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	798,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	841,26
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	26,75
(=) Saldo Total Devedor	R\$	834,13

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	807,38
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	24,70
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	24,70

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,72	55,06
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	24,48
R\$	0,00
R\$	3,3172
	20/05/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
09/04/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		2,05
10/04/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
19/04/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,80
19/04/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,90

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/57010099443-9
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/05/2017
Valor do Documento : R\$ 834,13
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/05/2017
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
20/04/2017	0	RECIBO	N	20/04/2017	19/57010099443-9	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			834,13
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						33,88
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						800,25
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 827,53**
**Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88**

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

**Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 793,65**
**Vencimento
10/06/2017**

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	798,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	834,13
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	27,28
(=) Saldo Total Devedor	R\$	827,53

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	800,25
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	25,30
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	25,30

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,74	55,34
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

 Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
 Compras Parceladas - Próximas Faturas
 Cotação do Dólar
 Previsão fechamento próxima fatura

R\$	24,28
R\$	0,00
R\$	3,4851
	19/06/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/05/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,98
10/05/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
21/05/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,60
21/05/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		24,70


Bradesco | 237-2 | 23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

 Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
 QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
 SAMAM
 Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
 Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
 Autenticação:

 Nosso Número : 19/67010099443-3
 Nro. Documento : 0
 Vencimento : 10/06/2017
 Valor do Documento : R\$ 827,53
 Valor Pago :
 Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

Bradesco
237-2

23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/06/2017	
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário	
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6	
Data do Documento		Nº do documento		Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
20/05/2017		0		RECIBO	N	20/05/2017	19/67010099443-3
Uso do Banco		CIP	Carteira	Moeda	Quantidade		Valor
		000	19	R\$			(=) Valor documento
						827,53	
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)	
						33,88	
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)	
						793,65	
						(-) Descontos / Deduções	
						(+) Outros Acréscimos	
						(=) Valor Cobrado	

 Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
 QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
 72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 819,94**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 786,06
Vencimento
10/07/2017

LIMITES

Compras	R\$	840,00
Saque/Telesaque	R\$	798,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	827,53
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	26,29
(=) Saldo Total Devedor	R\$	819,94

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	793,65
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	24,27
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	24,27

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,72	55,08
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	24,05
R\$	0,00
R\$	3,5134
	21/07/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/06/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		2,02
10/06/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
20/06/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,37
20/06/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,90

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 97701.009942 43006.332100 6 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/77010099443-8
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/07/2017
Valor do Documento : R\$ 819,94
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 97701.009942 43006.332100 6 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento		10/07/2017
Pagável em qualquer banco até o vencimento							
Beneficiário							
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90							
Data do Documento		Nº do documento		Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Agência / Código Beneficiário
21/06/2017		0		RECIBO	N	21/06/2017	2374-4/000000063321-6
Uso do Banco		CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	Nosso Número
		000	19	R\$			19/77010099443-8
Instruções							(=) Valor documento
O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.							819,94
							(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
							33,88
							(=) Saldo Devedor (após mínimo)
							786,06
							(-) Descontos / Deduções
							(+) Outros Acréscimos
							(=) Valor Cobrado

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 812,86**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 778,98
Vencimento
10/08/2017

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	819,94
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	26,80
(=) Saldo Total Devedor	R\$	812,86

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	786,06
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	24,85
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	24,85

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	N/D	N/D

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,72	55,07
Saque/Telesaque	12,52	311,76
Parcelamento emissor	0,00	0,00

 Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
 Compras Parceladas - Próximas Faturas
 Cotação do Dólar
 Previsão fechamento próxima fatura

R\$	23,83
R\$	0,00
R\$	3,3131
	21/08/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
09/07/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,95
10/07/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
23/07/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,15
23/07/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		24,70


Bradesco | 237-2 | 23792.37411 98701.009940 43006.332100 2 00000000000000

 Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
 QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
 72304-520 BRASILIA DF
 Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
 Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
 Autenticação:

 Nosso Número : 19/87010099443-2
 Nro. Documento : 0
 Vencimento : 10/08/2017
 Valor do Documento : R\$ 812,86
 Valor Pago :
 Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

Bradesco
237-2

23792.37411 98701.009940 43006.332100 2 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/08/2017
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
22/07/2017	0	RECIBO	N	22/07/2017	19/87010099443-2	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			812,86
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						33,88
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						778,98
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

 Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
 QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
 72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 805,59****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 771,71**Vencimento**
10/09/2017

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	812,86
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	26,61
(=) Saldo Total Devedor	R\$	805,59

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	778,98
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	24,62
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	24,62

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	3,06	3,06

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,74	55,33
Saque/Telesaque	12,49	310,36
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	23,61
R\$	0,00
R\$	3,3330
	20/09/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/08/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,99
10/08/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
21/08/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		24,62

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 99701.009948 43006.332100 9 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/97010099443-7
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/09/2017
Valor do Documento : R\$ 805,59
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 99701.009948 43006.332100 9 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento		10/09/2017						
Pagável em qualquer banco até o vencimento													
Beneficiário							Agência / Código Beneficiário						
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90							2374-4/000000063321-6						
Data do Documento	Nº do documento		Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número							
22/08/2017	0		RECIBO	N	22/08/2017	19/97010099443-7							
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento	805,59						
	000	19	R\$			(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)	33,88						
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.							(=) Saldo Devedor (após mínimo)	771,71					
							(-) Descontos / Deduções						
							(+) Outros Acréscimos						
							(=) Valor Cobrado						

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista



Autenticação mecânica - Ficha de compensação

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 797,28**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 763,40
Vencimento
10/10/2017

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	805,59
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	25,57
(=) Saldo Total Devedor	R\$	797,28

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	771,71
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	23,61
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,61

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	3,06	3,06

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,72	55,07
Saque/Telesaque	11,76	279,54
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	23,36
R\$	0,00
R\$	3,3158
	21/10/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
10/09/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,96
10/09/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
20/09/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,61

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 90701.009947 43006.332100 1 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/07010099443-6
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/10/2017
Valor do Documento : R\$ 797,28
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 90701.009947 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento	10/10/2017
Pagável em qualquer banco até o vencimento							
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário	
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6	
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.		Nosso Número	
21/09/2017	0	RECIBO	N	21/09/2017		19/07010099443-6	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento	
	000	19	R\$			797,28	
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)	
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)	
						763,40	
						(-) Descontos / Deduções	
						(+) Outros Acréscimos	
						(=) Valor Cobrado	

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 789,42****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 755,54**Vencimento**
10/11/2017

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	797,28
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	26,02
(=) Saldo Total Devedor	R\$	789,42

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	763,40
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	24,13
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	24,13

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,06	3,06
Saque/Telesaque	3,06	3,06
Parcelamento emissor	3,06	3,06

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,74	55,33
Saque/Telesaque	11,71	277,61
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	23,11
R\$	0,00
R\$	3,3743
	20/11/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
08/10/2017	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
10/10/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,89
22/10/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		24,13

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/57010099443-9
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/11/2017
Valor do Documento : R\$ 789,42
Valor Pago :
Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/11/2017	
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário	
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6	
Data do Documento		Nº do documento		Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
21/10/2017		0		RECIBO	N	21/10/2017	19/57010099443-9
Uso do Banco		CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
		000	19	R\$			789,42
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)	
						33,88	
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)	
						755,54	
						(-) Descontos / Deduções	
						(+) Outros Acréscimos	
						(=) Valor Cobrado	

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 785,13****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 751,25**Vencimento**
10/12/2017

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	789,42
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	29,59
(=) Saldo Total Devedor	R\$	785,13

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	755,54
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	22,66
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	22,66

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,97
Saque/Telesaque	11,20	257,45
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,53
R\$	0,00
R\$	3,4755
	21/12/2017

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/11/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,93
10/11/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
14/11/2017	TAXA EMISSAO CARTAO 01/03		5,00
20/11/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		22,66

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/67010099443-3
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/12/2017
Valor do Documento : R\$ 785,13
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco****237-2**

23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/12/2017
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
21/11/2017	0	RECIBO	N	21/11/2017	19/67010099443-3
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 781,36**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 33,88

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 747,48
Vencimento
10/01/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	785,13
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	30,11
(=) Saldo Total Devedor	R\$	781,36

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	751,25
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	23,28
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,28

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,98
Saque/Telesaque	11,05	251,66
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,42
R\$	0,00
R\$	3,5028
	21/01/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/12/2017	IOF DIARIO ROTATIVO		1,83
10/12/2017	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
19/12/2017	TAXA EMISSAO CARTAO 02/03		5,00
21/12/2017	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,28

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 91701.009945 43006.332100 8 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/17010099443-0
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/01/2018
Valor do Documento : R\$ 781,36
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 91701.009945 43006.332100 8 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/01/2018
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
22/12/2017	0	RECIBO	N	22/12/2017	19/17010099443-0
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 777,53****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 45,91

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 731,62**Vencimento**
10/02/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	781,36
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	33,88
(+) Despesas/Débitos	R\$	30,05
(=) Saldo Total Devedor	R\$	777,53

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	747,48
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	23,16
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,16

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,71	54,81
Saque/Telesaque	11,82	282,14
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	21,94
R\$	0,00
R\$	3,3850
	19/02/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/01/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,89
10/01/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-33,88
15/01/2018	TAXA EMISSAO CARTAO 03/03		5,00
22/01/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,16

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 92701.009943 43006.332100 4 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/27010099443-5
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/02/2018
Valor do Documento : R\$ 777,53
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 92701.009943 43006.332100 4 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/02/2018
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
23/01/2018	0	RECIBO	N	23/01/2018	19/27010099443-5
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 801,18**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 32,14

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 769,04
Vencimento
10/03/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	777,53
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	0,00
(+) Despesas/Débitos	R\$	23,65
(=) Saldo Total Devedor	R\$	801,18

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	777,53
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	21,76
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	21,76

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,96
Saque/Telesaque	11,87	284,24
Parcelamento emissor	0,00	0,00

 Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
 Compras Parceladas - Próximas Faturas
 Cotação do Dólar
 Previsão fechamento próxima fatura

R\$	23,07
R\$	0,00
R\$	3,4457
	23/03/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/02/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,89
20/02/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,19
20/02/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		21,57


Bradesco | 237-2 | 23792.37411 93701.009941 43006.332100 1 00000000000000

 Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
 QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
 72304-520 BRASILIA DF
 Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
 Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
 Autenticação:

 Nosso Número : 19/37010099443-P
 Nro. Documento : 0
 Vencimento : 10/03/2018
 Valor do Documento : R\$ 801,18
 Valor Pago :
 Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

Bradesco | 237-2 | 23792.37411 93701.009941 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/03/2018
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
21/02/2018	0	RECIBO	N	21/02/2018	19/37010099443-P	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			801,18
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						32,14
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						769,04
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

 Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
 QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
 72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 794,72**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 32,14

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 762,58
Vencimento
10/04/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	801,18
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	32,14
(+) Despesas/Débitos	R\$	25,68
(=) Saldo Total Devedor	R\$	794,72

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	769,04
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	23,83
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,83

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,68	54,26
Saque/Telesaque	11,91	285,75
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,87
R\$	0,00
R\$	3,4896
	20/04/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/03/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,74
07/03/2018	IOF ADICIONAL ROTATIVO		0,11
10/03/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-32,14
21/03/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,27
21/03/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,56

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 94701.009949 43006.332100 7 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/47010099443-4
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/04/2018
Valor do Documento : R\$ 794,72
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 94701.009949 43006.332100 7 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/04/2018
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
22/03/2018	0	RECIBO	N	22/03/2018	19/47010099443-4	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			794,72
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						762,58
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 787,40**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 32,14

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 755,26
Vencimento
10/05/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	794,72
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	32,14
(+) Despesas/Débitos	R\$	24,82
(=) Saldo Total Devedor	R\$	787,40

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	762,58
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	22,87
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	22,87

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,98
Saque/Telesaque	11,27	260,36
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,65
R\$	0,00
R\$	3,6147
	21/05/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/04/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,95
10/04/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-32,14
22/04/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,33
22/04/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		22,54

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/57010099443-9
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/05/2018
Valor do Documento : R\$ 787,40
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 95701.009946 43006.332100 3 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/05/2018
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
21/04/2018	0	RECIBO	N	21/04/2018	19/57010099443-9	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			787,40
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						32,14
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						755,26
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 780,51**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 18,36

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 762,15
Vencimento
10/06/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	787,40
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	32,14
(+) Despesas/Débitos	R\$	25,25
(=) Saldo Total Devedor	R\$	780,51

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	755,26
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	23,39
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,39

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,68	54,24
Saque/Telesaque	11,33	262,51
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,86
R\$	0,00
R\$	3,9296
	20/06/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/05/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,86
10/05/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-32,14
21/05/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,23
21/05/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,16


Bradesco | 237-2 | 23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/67010099443-3
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/06/2018
Valor do Documento : R\$ 780,51
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6


Bradesco
237-2

23792.37411 96701.009944 43006.332100 1 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/06/2018
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
22/05/2018	0	RECIBO	N	22/05/2018	19/67010099443-3
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					780,51
					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					18,36
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					762,15
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 786,90****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 32,14

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 754,76**Vencimento**
10/07/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	780,51
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	18,36
(+) Despesas/Débitos	R\$	24,75
(=) Saldo Total Devedor	R\$	786,90

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	762,15
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	22,85
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	22,85

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,99
Saque/Telesaque	11,27	260,36
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,64
R\$	0,00
R\$	3,9575
	21/07/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/06/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,90
10/06/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-18,36
20/06/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,29
20/06/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		22,56

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 97701.009942 43006.332100 6 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/77010099443-8
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/07/2018
Valor do Documento : R\$ 786,90
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 97701.009942 43006.332100 6 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/07/2018
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
21/06/2018	0	RECIBO	N	21/06/2018	19/77010099443-8
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 780,01****Pagamento Mínimo**
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 45,91

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 734,10**Vencimento**
10/08/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	786,90
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	32,14
(+) Despesas/Débitos	R\$	25,25
(=) Saldo Total Devedor	R\$	780,01

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	754,76
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	23,38
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	23,38

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,66	53,99
Saque/Telesaque	11,01	250,31
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	22,02
R\$	0,00
R\$	4,0061
	21/08/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
08/07/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,85
08/07/2018	IOF ADICIONAL ROTATIVO		0,02
10/07/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-32,14
22/07/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		0,22
22/07/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		23,16

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 98701.009940 43006.332100 2 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/87010099443-2
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/08/2018
Valor do Documento : R\$ 780,01
Valor Pago :
Agência/Cod.Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 98701.009940 43006.332100 2 00000000000000

Local de pagamento					Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento					10/08/2018
Beneficiário					Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90					2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número
21/07/2018	0	RECIBO	N	21/07/2018	19/87010099443-2
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor
	000	19	R\$		(=) Valor documento
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.					(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
					45,91
					(=) Saldo Devedor (após mínimo)
					734,10
					(-) Descontos / Deduções
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

**Valor Total
Devedor
R\$ 758,75**
Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 45,91

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 712,84
Vencimento
10/09/2018

LIMITES

Compras	R\$	980,00
Saque/Telesaque	R\$	980,00

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	780,01
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	45,91
(+) Despesas/Débitos	R\$	24,65
(=) Saldo Total Devedor	R\$	758,75

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Rotativo	R\$	734,10
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00

ENCARGOS

Rotativo	R\$	22,75
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento emissor	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	22,75

TAXAS DE JUROS

	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	3,00	3,00
Saque/Telesaque	3,00	3,00
Parcelamento emissor	3,00	3,00

CET (Custo Efetivo Total)

	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Rotativo	3,68	54,24
Saque/Telesaque	10,56	233,70
Parcelamento emissor	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pague só o mínimo até o vencimento
Compras Parceladas - Próximas Faturas
Cotação do Dólar
Previsão fechamento próxima fatura

R\$	21,38
R\$	0,00
R\$	4,2265
	20/09/2018

Observações:

N/D - SERVIÇO NÃO DISPONÍVEL

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
	DALVA F SANTOS - Cartão Final: 3019		
07/08/2018	IOF DIARIO ROTATIVO		1,90
10/08/2018	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		-45,91
21/08/2018	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		22,75

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 99701.009948 43006.332100 9 00000000000000

Pagador: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - 617.801.466-04
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL
SAMAM
72304-520 BRASILIA DF
Beneficiário: Banco Daycoval S/A - 62232889/0001-90
Av. Paulista, 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01311200
Autenticação:

Nosso Número : 19/97010099443-7
Nro. Documento : 0
Vencimento : 10/09/2018
Valor do Documento : R\$ 758,75
Valor Pago :
Agência/Cod. Beneficiário: 2374-4/000000063321-6

**Bradesco | 237-2 |** 23792.37411 99701.009948 43006.332100 9 00000000000000

Local de pagamento						Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento						10/09/2018
Beneficiário						Agência / Código Beneficiário
Banco Daycoval S/A Av. Paulista, 1793 CEP 01311200 - Bela Vista - São Paulo/SP - 62232889/0001-90						2374-4/000000063321-6
Data do Documento	Nº do documento	Espécie do doc.	Aceite	Data processam.	Nosso Número	
22/08/2018	0	RECIBO	N	22/08/2018	19/97010099443-7	
Uso do Banco	CIP	Carteira	Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor documento
	000	19	R\$			758,75
Instruções O "Pagamento Mínimo previsto para Desconto em Folha" é suficiente para deixar seu cartão em dia. Se o desconto ocorreu regularmente, você pode escolher o valor que deseja pagar, basta preenchê-lo no "Valor Cobrado" ao lado. Os encargos decorrentes de pagamentos parciais ou após o vencimento serão incluídos na próxima fatura.						(-) Pagamento Mínimo (Desc. Folha)
						45,91
						(=) Saldo Devedor (após mínimo)
						712,84
						(-) Descontos / Deduções
						(+) Outros Acréscimos
						(=) Valor Cobrado

Pagador DALVA FERREIRA DOS SANTOS
QUADRA QS 122 RESD VILA BELA 000102 CJ 04 LT 01 B SAMAMBAIA SUL SAMAM
72304-520 BRASILIA DF

617.801.466-04

Sacador / Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de compensação



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO/PR

PROCESSO Nº 0005449-58.2021.8.16.0170

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 62.232.889/0001-90, com sede na Av. Paulista, 1793, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, por seus advogados, vem apresentar

CONTESTAÇÃO

à ação que lhe move **CORNELIO VELOSO BRAGA**, já qualificado no processo, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. DOS FATOS

Narra a inicial, que o autor é aposentado do INSS e que, percebeu um crédito em sua conta bancária, no valor de R\$ 2.365,57, referente a um empréstimo consignado registrado sob o nº de contrato 50-8713231/21, formalizado junto ao réu que alega não ter contratado. Requer:

- (i) A tutela de urgência para suspender o desconto mensal do empréstimo;
- (ii) A anulação do contrato de empréstimo;
- (iii) A devolução em dobro dos valores descontados;
- (iv) A indenização por danos morais.

No entanto, conforme documentação anexa, o contrato contra o qual se insurge a inicial foi regularmente firmado, **com a anuência da parte autora**, razão pela qual a ação deve ser



julgada improcedente.

2. MÉRITO

- **DO CONTRATO CELEBRADO**

A parte autora firmou junto ao Banco Daycoval **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO** em folha de pagamento, sendo objeto da ação o contrato nº 50-8713231/21, conforme segue:

50-8713231/21

Data: 05/04/2021

Plano: 84 x R\$ 56,97

O contrato foi pago da seguinte forma:

- **R\$ 2.365,57** depositados via TED na conta bancária da parte autora;
- Até a presente data foram realizados 03 (três) descontos em folha de pagamento.

Oportuno esclarecer que o valor integral contratado foi creditado em conta corrente da parte autora, conforme comprovação de TED inclusa com a presente defesa e que o autor não devolveu para o requerido até o presente momento.

Em continuidade, é possível verificar que foi formalizado contrato por escrito e devidamente assinado pelo autor, conforme se demonstrará.

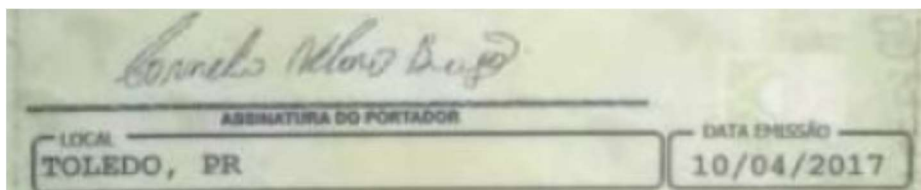
O Banco Réu cumpriu com sua parte no contrato, inexistindo qualquer irregularidade nos documentos firmados, razão pela qual devem ser julgados improcedentes os pedidos formulados pela Autora.




- **DAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS**

O banco junta aos autos cópia do contrato de empréstimo consignado objeto, firmado entre as partes, com assinaturas IDÊNTICAS ao documento pessoal:

ASSINATURA CNH:

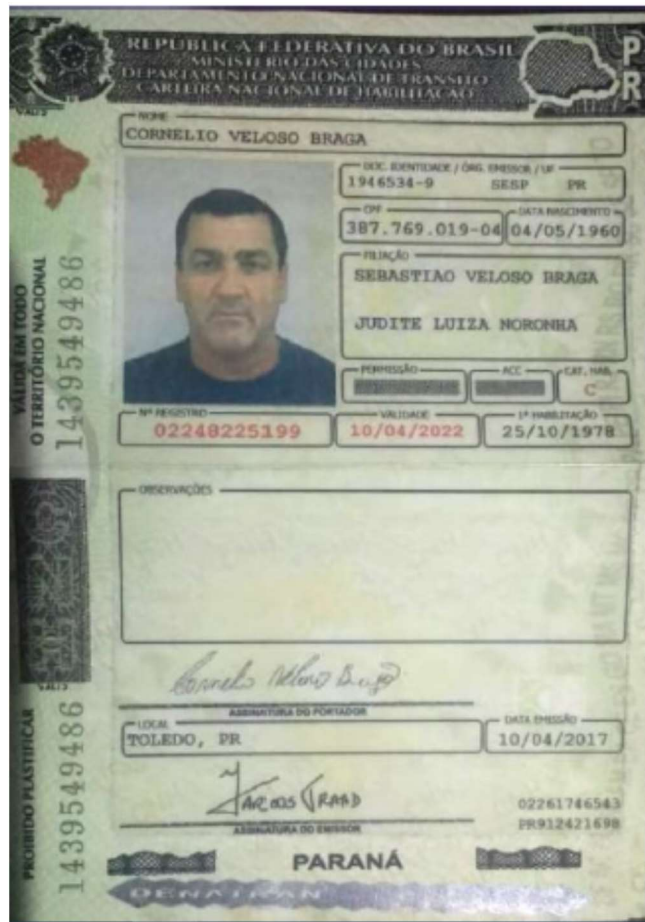


ASSINATURA CONTRATO:

Emitente: Carneiro Nelson Buzo 

Inclusive, o documento pessoal apresentado para celebração do contrato é o mesmo juntado pela parte autora ao ingressar com a presente ação, o que demonstra não estar em posse de terceiros, vejamos:





Logo, não há dúvidas acerca da veracidade da assinatura aposta nos documentos da contratação, eis que **IDÊNTICAS** entre si e sem qualquer indício de que foi fraudada por terceiros.

Assim, conforme expressamente pactuado entre as partes, o valor de **R\$ 2.365,57** foi creditado em conta corrente da parte autora.



Código Mensagem: STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente

Num. Controle IF: 8655924

ISPB IF Debitada: 62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.

Tipo Pessoa Remetente: J - Pessoa Jurídica

CNPJ ou CPF Remetente: 62232889000190

Nome Remetente: BANCO DAYCOVAL S/A

ISPB IF Creditada: 60746948 - BRADESCO

Agência Creditada: 6720

Tipo Conta Creditada: CC - Conta Corrente

Conta Creditada: 0037273

Tipo Pessoa Creditada: F - Pessoa Física

CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular: 38776901904

Nome Cliente Creditado Titular: CORNELIO VELOSO BRAGA

Valor Lançamento: 2.365,57

Finalidade IF: 40 - Liberação de Operações de Crédito

De mais a mais, o banco requerido apresenta o contrato firmado entre as partes, conforme se verifica abaixo:



BancoDaycoval

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-8713231/21
EMPRESTIMO CONSIGNADO Local: RECIFE Data: 05/04/2021

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emissor: CORNELIO VELOSO BRAGA			
E-mail:	CPF: 387.769.019-04	RG: 19465349	Dt de Nasc: 04/05/1960
Endereço: AVENIDA LIBERDADE, 20, - VARZEA	CEP: 50810-460	Cidade: RECIFE	UF: PE
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.439,45	b) IOF: R\$ 73,88	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.346,03
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7876 % a.m (30d) 23,6909 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.785,48	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 56,97	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,88% a.m. 25,48% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 2.365,57	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: CORNELIO VELOSO BRAGA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 387.769.019-04		Banco: 237	Agência: 6720
p) Correspondente no País: GFT PROMOTORA DE VENDAS LTDA		CNPJ: 17.278.571/0001-95	
Nome do agente: Julienne Marcelly Amorim		CPF: 063.244.204-26	
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III): *			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

Diante de tais provas, não há dúvidas que a parte autora **FIRMOU** o contrato reclamado e **RECEBEU** os valores que lhe foram disponibilizados, mas que por questões alheias a sua vontade ou, até mesmo por arrependimento devolveu o valor recebido, bem como o autor temerariamente ajuizou a presente demanda.

Excelência, a prova documental juntada aos autos demonstra que não há qualquer irregularidade no negócio jurídico em discussão, razão pela qual o feito deve ser julgado improcedente, com a declaração de legalidade da contratação.

• DA LEGALIDADE DO CONTRATO

Ao contrário do que a parte autora alega, o contrato em tela é lícito, uma vez que tal ato jurídico, de acordo com artigo 104 do CC, possui agentes capazes, objeto lícito, possível, determinado, forma prescrita ou não defesa em lei.



Para a alteração de um contrato, o artigo 138 impõe a necessidade de verificação de ***“declaração da vontade emanada de erro substancial perceptível por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio”***.

No vaso vertente, nunca houve discussão de erro ou de ignorância na inicial. Todas as obrigações sempre foram de pleno conhecimento da parte autora quando contratou.

O artigo 145 prevê a anulabilidade dos negócios jurídicos que tiverem *“causa eivada de dolo”*. No artigo 151 há previsão da *“coação”* como vício contratual. Da mesma forma, nenhum dos corruptores da vontade operou no intelecto dos contratantes ao pactuarem. A parte autora estava livre para pactuar e o fez movida pelo seu ânimo.

O artigo 156 institui novo vício de vontade, intitulado *“estado de perigo, sob o pálio do qual age aquele que premido por necessidade de salvar a si ou alguém de sua família, de grave dano, conhecido pela outra parte, contrata assumindo obrigação que não guarde correspondência com a contrapartida que recebe”*. Não há, sequer, cogitação de tal vício na inicial, quanto menos sua ocorrência no mundo dos fatos.

Na mesma esteira, segue o artigo 157 que prevê a ocorrência da *“lesão”*; tal se constitui *“quando uma pessoa, por premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se à prestação que não guarde correspondente contrapartida”*. Também não se aplica ao contrato sub judice. A parte autora contratou com ampla segurança, sabendo de sua contrapartida e assumindo, livremente, suas obrigações.

Tanto a *“fraude contra credores”*, artigo 158, quanto *“invalidade” (nulidade) dos negócios jurídicos*, artigo 166, não tem aplicabilidade ao contrato. Enfim, não há motivo para a revisão do contrato e ao final a sua declaração de nulidade do negócio jurídico.

O Princípio da Boa-fé Objetiva, fundamentado nos artigos 6º, IV, e 51, IV, do CDC, deve ser observado como uma via de *“mão dupla”* em que contratante e contratado devem guardar respeito e fidelidade mútua.



Assim, clara está a inexistência de qualquer abuso por parte do banco réu ao contratar com a parte autora, tendo esta o devido e prévio conhecimento de todas as condições pactuadas.

- **DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

No que tange ao pedido de repetição de indébito este não poderá prosperar. Na esteira do que já foi repisado até o momento, diante de fatos que demonstram a legalidade do contrato celebrado entre as partes, mostra-se absolutamente sem propósito a pretensão da inicial de pedir a repetição de indébito, com base no parágrafo único do artigo 42 do CDC.

NA HIPÓTESE DOS AUTOS, RESTA EVIDENTE QUE NÃO HAVENDO CULPA, DOLO OU MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, QUE APENAS CUMPRE COM O CONTRATO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, NÃO HÁ FALAR EM DEVOLUÇÃO DE VALORES EM DOBRO.

Ademais, toda e qualquer cobrança efetuada pelo Réu sempre se mostrou amparada pela lei e pelo contrato firmado pela parte.

Saliente-se que o autor sofreu apenas três descontos em seu benefício previdenciário no valor total de R\$ 170,91.

- **DO MERO DISSABOR DO COTIDIANO**

Também relativo ao pedido de indenização por dano moral, este não merece prosperar, pois não houve qualquer conduta ilícita por parte do Banco Daycoval que possa ter abalado a honra do autor. APENAS FORA EFETIVADO 03 DESCONTOS NO BENEFÍCIO DO AUTOR!!!!

Os descontos realizados foram efetivados com base em um negócio jurídico válido.



Ora, inexistindo qualquer desídia do réu, não há que se falar em configuração de dano moral, sob pena de enriquecer de forma ilícita a autora.

É preciso dizer que pelo conceito de dano moral, segundo a doutrina, este consiste como a ideia de violação a direitos personalíssimos, a afronta à dignidade da pessoa humana, bem como a apuração de sensações e emoções negativas tais como a angústia, o sofrimento, a dor, a humilhação, sentimentos estes que **não podem ser confundidos com o mero dissabor, aborrecimento, que fazem parte da normalidade do dia a dia.**

A parte autora não sofreu nenhum risco a sua integridade, e assim tem entendido o STJ em seus julgados, ou seja, tem prestado muito atenção nos fatos antes de condenar as partes ao pagamento de indenização por dano moral, eis que do contrário, o dano moral ficaria banalizado.

Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*“É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que os aborrecimentos comuns do dia adia, os meros dissabores normais e próprios do convívio social não são suficientes para originar **danos morais** indenizáveis. Incidência da Súmula 83/STJ (AgRg no AREsp n. 604582 / RJ, rel.Min. Raul Araújo, Quarta Turma, Dje de 7-12-2015).”*

Se qualquer dissabor ou aborrecimento se transforma em dano moral, haveria uma imensidão de ações judiciais.

Também o TJ/SC no julgamento da apelação nº 9251-46.2011.8.24.0282 de relatoria do Des. Sayl Steil em decisão proferida em 07/12/2020 assim decidiu:

“Sendo assim, considerando que as provas trazidas aos autos demonstram que a autora sofreu meros dissabores, aborrecimentos, incômodos, fatos comuns que



qualquer pessoa vivencia quando em situação semelhante, a improcedência do pedido de indenização a título de dano moral, é medida que se impõe, porquanto inexistente o abalo no presente caso.”

Neste sentido, o Judiciário deve ter o controle sobre quando condenar uma parte ao pagamento de dano moral e em relação aos valores das condenações de dano moral, principalmente quando a situação aponta para um mero dissabor.

- **DA INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL**

Conforme restou demonstrado, o réu agiu dentro do seu exercício regular de direito, ao efetuar referida cobrança, a qual encontra respaldo na legislação vigente, obedecendo as normas e regulamentos do Banco Central, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Não houve, portanto, ato ilícito, mas apenas exercício regular de direito (art. 188, I, CC) do Banco ao descontar as parcelas relativas ao contrato firmado regularmente pelas partes.

Ademais, em momento algum ao longo de sua inicial a parte autora demonstra ter sofrido qualquer constrangimento, ou estar na iminência de sofrê-lo.

Dano moral, notadamente, é aquele que atinge bens personalíssimos da vítima, tais como honra, liberdade, saúde, integridade psicológica, causando-lhe dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação e que, de forma anormal, interfiram no comportamento psicológico do indivíduo.

Ou seja, o mero aborrecimento, dissabor, mágoa ou irritação estão fora da órbita do dano moral e se trata de aborrecimento da vida diária.

Não obstante, necessária a efetiva comprovação do dano, cabendo a parte que alega produzir a prova do mesmo na forma do artigo 373,



I, do CPC. A PARTE AUTORA SEQUER COMPROVA O SUPOSTO DANO QUE TERIA SOFRIDO.

Não há provas nos autos de que a conduta do banco réu tenha tomado maiores proporções, inexistindo nesta lide elementos que demonstrem que o evento tenha ferido, de forma intensa, a esfera moral da parte autora, ou que tenha causado algo além do mero aborrecimento, apto a ensejar a pretendida reparação.

Portanto, não tendo a parte autora comprovado o efetivo sofrimento de um dano passível de indenização, descabido é o seu pleito indenizatório, sob pena de incentivar a banalização do dano moral.

- **DO QUANTUM INDENIZATÓRIO**

Em atenção ao princípio da eventualidade, ainda que se considere a ocorrência de um suposto dano moral – o que não se acredita –, certo é que este não poderá ser fixado sob os parâmetros pretendidos na inicial, pois a reparação não pode gerar um enriquecimento sem causa de quem a pleiteia.

A fixação de eventual indenização deve respeitar os parâmetros de razoabilidade, sem abusos e exageros.

Deste modo, caso haja fixação em danos morais, o que não se acredita, deve ser levado em conta a extensão do dano, nos termos do art. 944 do Código Civil, *in verbis*:

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Diante do exposto, no caso de eventual condenação, o que não se acredita, e em atenção ao disposto no artigo 944 do Código Civil, requer que o valor a título de indenização por



danos morais seja fixado de forma justa e equitativa, pautado nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a evitar o enriquecimento injustificado da parte Autora e a indústria de indenizações que assoberba o Judiciário.

- **DO PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

A prova judiciária tem por finalidade convencer o juiz sobre a existência ou inexistência dos fatos controvertidos no processo. As provas são os meios destinados a conseguir tal escopo.

Assim, já veio a se manifestar o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

A chamada inversão do ônus da prova, no Código de Defesa do Consumidor, está no contexto da facilitação da defesa dos direitos do consumidor... Isso quer dizer que não é automática a inversão do ônus da prova. Ela depende de circunstâncias concretas que serão apuradas pelo juiz no contexto da facilitação dos direitos do consumidor.

Portanto, os casos postos a juízo devem ser bem examinados e observadas para verificar a presença dos requisitos necessários que autorizem a inversão do ônus da prova, os quais não estão presentes no caso em tela.

- **DA COMPENSAÇÃO**

Nos termos do que já fora defendido anteriormente, o banco réu cumpriu com o ônus que lhe cabia, disponibilizando os valores em favor da parte autora.

Entretanto, caso Vossa Excelência entenda por dar procedência aos pedidos da parte autora, **o que não se acredita**, necessário se faz a **COMPENSAÇÃO/DEVOLUÇÃO AO BANCO**



RÉU DO VALOR DISPONIBILIZADO A AUTORA NO MONTANTE DE R\$ 1.190,47, DEVIDAMENTE CORRIGIDO E ATUALIZADO.

É o que prevê o artigo 182 do CC:

“Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restitui-las, serão indenizadas com o equivalente”.

3. DA CONCLUSÃO

Considerando que não há qualquer falha na prestação de serviço pelo Banco Daycoval, assim como não há irregularidades na operação firmada entre as partes, o valor foi disponibilizado em favor da parte autora e não há provas a ensejar indenização no valor pleiteado pela parte autora, eis que foram realizados apenas três descontos em folha de pagamento no valor de R\$ 56,97 cada, requer a improcedência da ação, conforme pedidos elencados a seguir.

4. DOS PEDIDOS FINAIS

Ante o exposto, **REQUER** a V. Exa.:

- A)** Seja decretada a **IMPROCEDÊNCIA** de todos os pedidos formulados pela parte autora, ante a regular contratação do empréstimo formulado entre as partes e o recebimento do valor emprestado em sua conta bancária;
- B)** Seja condenada a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios;
- C)** O indeferimento do pedido de inversão do ônus da prova;



D) Entretanto, caso vossa excelência entenda por dar procedência aos pedidos da parte autora, **o que não se acredita**, necessário se faz a **compensação/devolução ao banco réu do valor de R\$ 2.365,57 disponibilizado ao autor corrigido e atualizado;**

E) Requer a designação de audiência de instrumento e julgamento para o depoimento pessoal da parte autora;

REQUER, por fim, que todas as intimações e publicações sejam efetuadas, também, em nome do procurador **RONALDO GOIS ALMEIDA, OAB/RS 56.646, OAB/SC 36.689, OAB/PR 69.062, sob pena de nulidade**, na forma do artigo 272, §5º, do CPC.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Porto Alegre, 19 de julho de 2021.

P.p. Ronaldo Gois Almeida
OAB/RS 56.646



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SAMAMBAIS - DFT**

Autos nº 0707516-07.2018.8.07.0009

Parte Autora: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1793, Cerqueira César, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, com endereço eletrônico www.daycoval.com.br, por seu advogado que esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos do feito em epígrafe, apresentar sua

**CONTESTAÇÃO
COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE COMPENSAÇÃO**

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

Tendo em vista o disposto nos Arts. 334 e 335 do NCPC, o Réu informa que **NÃO POSSUI INTERESSE** na realização de audiência de conciliação.

I. SÍNTESE DA DEMANDA

A Parte Autora alega que teria contratado crédito consignado, mas ao invés disso fora surpreendida com a existência de cartão de crédito consignado.

Ou seja, alega divergência na modalidade da contratação e que a cobrança em questão seria ilegítima, razão pela qual requer indenização por danos morais, cancelamento do débito, readequação do contrato e repetição de valores eventualmente cobrados.

Em síntese, a lide.

II. DA CLARA E EVIDENTE CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

A parte Autora falta com a verdade quando alega ter contratado modalidade de crédito distinta d

aquela desejada ou ofertada. Há gravação de diálogo com o call center em que a Autora confirma a contratação e cartão consignado. Link para o áudio:

<https://drive.google.com/open?id=11YAP8z6hWbkaWxWPHthUF47Hmef3csuW>

O contrato é absolutamente **claro, textual e ostensivo** ao indicar expressamente se tratar de operação de “**CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**”.

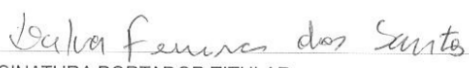

Banco Daycoval		TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL	
CONTRATO Nº 52-0215869/16_01			
Correspondente no País			
Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA		CNPJ: 02.759.908/0046-00	Telefone:
Agente: GISELE FERREIRA DE O		CPF: 706.285.481-68	
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04		Nº:
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA	UF:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X) Outros Órgãos Públicos() Empresas Privadas()			
Dados Titular:	CPF: 617.801.466-04	Nome: DALVA FERREIRA DOS SANTOS	
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 06/12/1948	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteiro
		Identidade(RG): 2276966	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 09/01/1980 / SSP - MG
Nome da Mãe: HILDA BALBINA FERREIRA		E-mail:	
CEP: 72304520	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QUADRA QS 122 cj 04 lote 01 bl b		Nº: 102
Complemento:	Bairro: SAMAMBAIA SUL (SAMAMBAIA)	Cidade: BRASILIA	UF: DF
Tel.(DDD e Nº) 61-39396735	Tel.Celular(DDD,Nº) 61-85883681	Portador Adicional(exceto INSS) (X)Não ()Sim - Formulário Anexo.	

A contratação expressa de **Reserva de Margem Consignável** é inequívoca, conforme se verifica do ajuste entre as partes:

<p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até <u>5% (cinco por cento)</u> de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.</p> <p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou</p>

No ato da contratação a parte Autora optou pelo **pré-saque** de valor, o qual foi **depositado por meio de TED** diretamente em sua conta e debitado na fatura do cartão:

Eis a prova da solicitação do pré-saque:

BancoDaycoval		SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
DADOS DO TITULAR			
CPF: 617.803.466-04	Nome: Wolva Ferreira dos Santos	Nº Cartão/Proposta: 215 869	
Empregador: INSS		Matrícula: 0831420464	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco: Itau Unibanco	Nº do Banco 341	Nº Agência 03213	Conta-Corrente 03332-1
...			
Valor do Saque*: R\$ 789,20 (_____).			
Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 4,49 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %			
Tarifa: R\$ 15,00 CET: 4,04 % a.m. CET: 60,89 % a.a.			
(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.			
Local e Data: Brasília/DF, 14/10/2016			
 ASSINATURA PORTADOR TITULAR:		 ASSINATURA	

Eis a prova da realização do TED diretamente na conta da parte Autora:

BancoDaycoval

Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20161014004712742

Status: Efetivada

Valor: 781.20

Data do Movimento: 14/10/2016

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	DALVA FERREIRA DOS SANTOS
CPF do Favorecido:	617.801.466-04
Banco Creditado:	ITAU UNIBANCO S.A.
Agência Creditada:	03213
Conta Creditada:	03332 - 1
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	14/10/2016
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

O comprovante do TED acima foi registrado no **Sistema de Pagamentos Brasileiro-SPB**. Com isso resta material e documentalmente comprovado que os valores em questão foram depositados diretamente na conta bancária da parte Autora, na conta de sua titularidade.

O Banco Réu desafia a parte Autora a trazer aos autos cópia do extrato bancário da conta de depósito do mês em questão. Acredite, Excelência, escusas diversas virão, mas nunca o extrato. Assim, de antemão requer seja determinada a expedição de ofício diretamente ao Banco de depósito para que o mesmo apresente em juízo o extrato bancário da conta do mês em de depósito, o que somente virá a **corroborar a prova do TED já apresentada.**

A clareza e evidência da modalidade contratual estabelecida entre as partes não deixa dúvidas de que **não houve erro** da parte Autora, que teve exatamente aquilo que sabia estar contratando.

Nesse sentido já decidiu o E, TJRJ:

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0044009-87.2015.8.19.0205
APELANTE: BANCO DAYCOVAL S.A.
APELADO: CIRIO MARTINS PINTO
RELATOR: JDS MARIA CELESTE P.C. JATAHY

Apelação Cível. Direito do Consumidor. Banco Daycoval. Alegação autoral de que teve a intenção de contratar empréstimo consignado em folha de pagamento, tendo o Banco réu, contudo, lhe concedido empréstimo vinculado a cartão de crédito, com juros muito maiores do que o produto pretendido. Sentença que julgou procedente os pedidos para condenar o réu a modificar a cláusula de juros do contrato, determinando que a ré cobre os juros e encargos médios do contrato de crédito consignado em folha, em substituição aos juros do cartão de crédito, conforme divulgação de taxa média disponibilizada pelo BACEN, a devolver, de forma simples, a diferença dos juros apurados na forma do item anterior e já pagos, bem como a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.000,00 a título de dano moral. Apelação do Banco réu postulando a improcedência dos pedidos autorais. **Contrato de utilização de cartão de crédito com débito em folha de pagamento do valor mínimo. Ausência de vício na**

contratação e de valor a ser repetido. Inocorrência de falha na prestação do serviço da instituição bancária ou de qualquer ato atentatório à dignidade do autor, que não se desincumbiu do encargo de comprovar o fato constitutivo de seu direito. Danos morais não configurados. **Reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais,** com a condenação do autor ao pagamento da verba de sucumbência, observada a gratuidade de justiça. **RECURSO PROVIDO.**

III. DA ENTREGA DO VALOR À PARTE AUTORA

Por se tratar de operação com cartão de crédito, o valor disponibilizado pelo Banco pode ser sacado na forma de “pré-saque” quando da assinatura do contrato, que normalmente resulta em depósito desse valor em conta corrente do cliente, ou ainda na efetiva utilização do cartão de crédito pelo cliente, conforme faturas.

Independentemente da modalidade, se por saque, depósito ou utilização do cartão, fato é que o valor foi disponibilizado à parte Autora, conforme comprovam os documentos carreados à presente.

IV. DA DISTINÇÃO ENTRE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E CRÉDITO CONSIGNADO

O cartão de crédito com reserva de margem consignável é operação completamente distinta do empréstimo consignado, não se podendo exigir que seus contornos operacionais sejam idênticos.

No empréstimo consignado, é contratada a disponibilização de um montante específico, a ser adimplido num número pré- determinado e parcelas com valor fixo, estipulando-se a data exata do início e término dos descontos.

No cartão de crédito consignado, por seu turno, é concedido ao seu titular a possibilidade de adimplir todas as operações realizadas ao longo de um período de apuração numa única data futura. Logo, as obrigações contratadas por meio do cartão de crédito são, em regra, de execução diferida, importando apenas na concessão de prazo para pagamento e não num parcelamento. Ou seja, respeitado o pagamento mínimo, o cliente pode quitar seu débito em quantas parcelas desejar.

Desta forma é o entendimento dos tribunais:

“A operação de cartão de crédito consignado difere do empréstimo consignado. Por expressa disposição contratual, o titular autoriza o banco a deduzir, quando do recebimento da sua remuneração, na folha de pagamento, a quantia correspondente ao pagamento mínimo da fatura, a qual é repassada pelo órgão pagador do contratante à administradora do cartão de crédito. O restante da fatura deve ser pago voluntariamente, na data do vencimento, sob pena da administradora ficar autorizada a financiar o saldo devedor remanescente. A partir daí, esse saldo devedor fica sujeito ao

referido desconto mínimo mensal, feito diretamente na conta do beneficiário por ocasião do pagamento pelo seu órgão pagador, até que haja a quitação da dívida”

(Des. Marcelo Carvalho Silva, TJ/MA, Apelação Cível nº 0595012013).

V. DA FORMA PELA QUAL SE DÁ O PAGAMENTO DO DÉBITO

Diferentemente do que ocorre com o empréstimo consignado, no cartão de crédito consignado não há a consignação em folha do valor equivalente ao pagamento mínimo da fatura, mas sim do percentual máximo reservado por lei para tal amortização. Vejamos o dispositivo legal que trata da questão:

Art. 1º (Lei nº 10.820/2003):

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo **5% (cinco por cento) destinados exclusivamente** para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito;

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito

Observada a legislação aplicável ao contrato em questão tem-se as seguintes possibilidades para a quitação:

a) Consumidor realiza a liquidação integral do saldo devedor: há a imediata quitação das operações de crédito contratadas, sem a incidência de juros;

b) Consumidor realiza a liquidação parcial do saldo devedor: sobre o valor inadimplido incidirão juros e o montante recalculado será apresentado para pagamento no mês subsequente, por meio do envio de nova fatura, que oportunizará a quitação integral.

c) Consumidor não realiza qualquer liquidação: inexistindo amortização voluntária do débito, em acréscimo ao valor mínimo já consignado em folha, o saldo remanescente será recalculado para pagamento no mês seguinte, com a incidência de juros. A nova fatura enviada oportunizará o pagamento integral do valor refinanciado.

O contrato é absolutamente claro ao descrever a forma pela qual se dá o pagamento, inclusive quanto à **consignação em folha de pagamento**:

BancoDaycoval

CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL PARA TRABALHADORES DE EMPRESAS PRIVADAS, SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS E/OU APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

CLÁUSULA 9ª – PAGAMENTO DA FATURA

9.1. Mensalmente o DAYCOVAL disponibilizará a FATURA ao TITULAR para conferência das TRANSAÇÕES efetuadas no

período, do saldo devedor e do valor a ser consignado. A data de vencimento da FATURA será a data de pagamento da REMUNERAÇÃO do TITULAR, ou na data em que é realizado o repasse do valor **consignado na REMUNERAÇÃO** do TITULAR pela CONVENIADA, conforme condições estabelecidas pelo respectivo Convênio.

O contrato prevê o financiamento do saldo não quitado pelo valor consignado (que é limitado por lei):

9.2. O DAYCOVAL, de acordo com as normas vigentes, aceitará, para fins de adimplência, o pagamento do valor mínimo indicado na FATURA que será consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR junto à CONVENIADA, **podendo o SALDO DEVEDOR REMANESCENTE não quitado ser financiado pelo DAYCOVAL, nos termos da cláusula 10ª** adiante, caso não haja o pagamento da FATURA, nos termos da cláusula 9.4.

9.2.1. O PAGAMENTO MINÍMO não tem valor fixo, sendo variável conforme a utilização do cartão, combinada com a MARGEM CONSIGNÁVEL disponível.

O valor não coberto pela consignação deve ser pago por meio da fatura:

9.3. Caso não seja possível a averbação do PAGAMENTO MINÍMO da FATURA na REMUNERAÇÃO do TITULAR, este deverá providenciar o pagamento e, em caso de desconto

parcial, o TITULAR deverá **pagar a diferença entre o valor descontado de sua REMUNERAÇÃO e do PAGAMENTO MÍNIMO, através da ficha de compensação enviada com a FATURA**, sob pena de incidência dos encargos moratórios, bloqueio/suspensão do CARTÃO.

9.4. Se o valor consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR for inferior ao valor total da FATURA, o TITULAR poderá efetuar o pagamento do SALDO DEVEDOR REMANESCENTE da FATURA, utilizando a ficha de compensação disponibilizada com a FATURA, na rede bancária.

9.5. Sobre o saldo devedor da FATURA (não consignado na REMUNERAÇÃO do TITULAR e não pago em sua integralidade pelo TITULAR) incidirão os encargos moratórios previstos neste instrumento, contados a partir da data do vencimento da FATURA até a data da sua efetiva quitação.

Ainda que o cliente não receba a fatura, que não é o caso dos autos, é seu dever contatar a central de atendimento para obtenção do saldo devedor e efetuar o pagamento desejado (integral ou parcial):

9.6. O não recebimento da FATURA pelo TITULAR não exclui a obrigação de pagamento até a sua data de vencimento, sendo que, caso **a FATURA não seja recebida em até 02 (dois) dias úteis antes do vencimento, o TITULAR deverá entrar em contato com a CENTRAL DE ATENDIMENTO** para obter o valor do saldo devedor e instruções de pagamento da

FATURA ou através dos meios eletrônicos disponibilizados pelo DAYCOVAL.

9.7. O DAYCOVAL poderá receber pagamentos em atraso, pagamentos parciais ou outros tipos de pagamentos, a crédito de valores então devidos ou de um acordo de pagamentos. A aceitação desses pagamentos pelo DAYCOVAL não implica renúncia a direitos ou alteração deste contrato.

9.8 Ocorrendo inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento do valor mínimo estipulado na FATURA, o DAYCOVAL está autorizado, em caráter irrevogável e irretratável por prazo indeterminado a debitar o valor devido na conta corrente do TITULAR descrita no Termo de Adesão e/ou em outra conta corrente de sua titularidade no Brasil, especialmente a conta que venha a ser disponibilizada por seu empregador.

Na justa medida que cabe ao cliente a opção pelo pagamento integral ou não do valor da fatura, é impossível, para o credor, precisar a data final da liquidação, até mesmo porque, repise-se, não se trata de um empréstimo e, portanto, o adimplemento não se dá por meio de parcelas. Dai porque não há número definido de parcelas, sendo que isso JAMAIS foi prometido à parte Autora.

VI. DO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

Conforme demonstrado acima, todos os procedimentos de cobrança estão de acordo com a praxe inerente à modalidade comercial escolhida, sendo impossível caracterizá-los como atos ilícitos ensejadores de danos de ordem moral à parte Autora. A Empresa Ré, ao buscar o cumprimento do contrato, estava no exercício regular de um direito reconhecido.

Neste sentido, o Código Civil Brasileiro enuncia a inexistência de ato ilícito quando o suposto dano é causado no exercício regular de direito (**art. 188, I do CC**).

Para que o dano moral seja indenizável, são necessárias: a comprovação do **ato ilícito praticado pelo suposto ofensor**; o dano efetivamente suportado e o nexo de causalidade entre ambos. No caso em tela, tendo sido, a cobrança, pautada inadimplemento contratual, não pode ser aventada a hipótese de ilícito.

A cobrança nada mais foi do que exercício regular de direito.

O exercício regular de direito consubstancia-se em verdadeiro excludente de ilicitude, que retira qualquer responsabilidade que pudesse ser imputada à Ré.

VII. DA INEXISTÊNCIA DE DANO – MERO ABORRECIMENTO

Não há ilícito, não há nexo causal e não há dano!

Além disso, para que seja aferida indenização por danos morais faz-se necessário também que a imagem da pessoa ofendida fique abalada diante dos amigos, familiares, colegas de trabalho, etc., faz-se necessário que a honra, tanto subjetiva quanto objetiva, da vítima reste extremamente prejudicada.

No caso em tela não há nem indícios de provas neste sentido, muito pelo contrário, o que vemos são alegações genéricas elaboradas pela parte Autora.

Ora, a simples cobrança nos moldes contratuais não configura ou enseja danos morais, vez que estes devem ser efetivamente comprovados, conforme o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, demonstrado nos julgados a seguir transcritos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA. OMISSÃO. **NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. NÃO OCORRÊNCIA.** REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional.
2. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela inoccorrência de dano indenizável. O acolhimento das razões de recurso, na forma pretendida,

demandaria o reexame de matéria fática. Incidência do verbete 7 da Súmula desta Corte.

3. A Corte Estadual julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte, no sentido de que **o mero aborrecimento não acarreta dano moral indenizável**. Incidente, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 327.052/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 14/02/2014)

E ainda

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPRA PELA INTERNET.

PRESENTE DE NATAL. NÃO ENTREGA DA MERCADORIA. VIOLAÇÃO A DIREITO DE PERSONALIDADE NÃO COMPROVADA NO CASO CONCRETO. DANOS MORAIS INDEVIDOS.

1.- A jurisprudência desta Corte tem assinalado que os aborrecimentos comuns do dia a dia, os meros dissabores normais e próprios do convívio social não são suficientes para originar danos morais indenizáveis.

2.- A falha na entrega de mercadoria adquirida pela internet configura, em princípio, mero inadimplemento contratual, não dando causa a indenização por danos morais. Apenas excepcionalmente, quando comprovada verdadeira ofensa a direito de personalidade, será possível pleitear indenização a esse título.

3.- No caso dos autos, as instâncias de origem concluíram não haver indicação de que o inadimplemento da obrigação de entregar um "Tablet", adquirido mais de mês antes da data do Natal, como presente de Natal para filho, fatos não comprovados, como causador de grave sofrimento de ordem moral ao Recorrente ou a sua família.

4.- Cancela-se, entretanto, a multa, aplicada na origem aos Embargos de Declaração tidos por protelatórios (CPC, art. 538, parágrafo único).

5.- Recurso Especial a que se dá provimento em parte, tão somente para cancelar a multa.

(REsp 1399931/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 06/03/2014)

No caso dos autos não houve comprovação concreta de dano. Tratam-se, pois, de meras alegações que visam maximizar dano verdadeiramente inexistente, situação que é muito comum em caos análogos.

Por tais entendimentos, é que a Empresa Ré pede vênia para repudiar a pretensão da parte Autora, que busca uma indenização por inexistentes danos morais, tornando cristalina a possibilidade de um enriquecimento sem causa.

Se tal pretensão for acolhida, o nobre instituto garantido pela Carta Magna, em seu artigo 5º, X e também pelo Código Civil Brasileiro (art. 159 do CC de 1916 e art. 927 do CC), estará sendo desviado de sua majestosa função, que é a de reparar pessoas que realmente sofreram algum dano de ordem moral e/ou material, decorrente de atos

ilícitos praticados por outrem; e não a de conceder vantagens financeiras a pessoas que buscam um enriquecimento sem causa.

No caso em tela, como já restou afirmado acima, não há como presumir qualquer dano moral suportado pela parte Autora; mesmo que assim não fosse, este não logrou êxito em comprovar a efetiva ocorrência de danos a sua personalidade, a sua honra, enfim, danos morais.

VIII. DO MONTANTE INDENIZATÓRIO

Apesar de entender a parte Ré que não há ato ilícito muito menos nexo de causalidade, ou ainda dano moral sofrido pela parte Autora, não há como não se manifestar contrariamente ao valor pleiteado a título de indenização.

Nesse sentido, os Tribunais nacionais têm entendido que somente em casos de índoles gravíssimas como a perda de ente querido em acidente, concedido a título de indenização por danos morais quantias equivalentes a pretendida, conforme se observa no julgado abaixo transcrito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO ESTADO. MORTE DE DETENTO, SOB A CUSTÓDIA DO ESTADO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. PRETENDIDA REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO DO

TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PREDOMINANTE NESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

...

IV. Esta Corte já se posicionou no sentido de que o Estado possui responsabilidade objetiva, **no casos de morte** de detento, custodiado em unidade prisional. Nesse sentido: AgRg no AREsp 446.316/PE, Rel.

Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/07/2014;

AgRg no AREsp 346.952/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/10/2013.

V. O Tribunal de origem, em face das peculiaridades fáticas do caso e levando em conta, expressamente, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reduziu o valor da indenização por danos morais a **R\$ 30.000,00**, a ser dividido entre as três autoras. A pretensão de redução de tal valor encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 497.689/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/06/2014; AgRg no AREsp 473.046/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2014; AgRg no AREsp 226.759/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/10/2012).

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 502.960/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 23/09/2014)

“Responsabilidade civil – Acidente ferroviário – Vítima fatal – Dano Moral – Hipótese em que é patente a dor moral da esposa e dos filhos menores da vítima – Adoção do critério estabelecido no Código Brasileiro de Telecomunicações (lei 4.117/62) – Fixação com base quarenta salários mínimos, cabendo 20 à esposa e 20 aos filhos menores – Recurso desprovido (1º TACSP – 6º C – Ap. – Rel. Carlos Roberto Gonçalves – j. 30.1.91 – JTACSP – RT 128/172) (g.n.)

Não resta dúvida, do despropósito do pleito autoral, pois traduz-se em intenção ao enriquecimento sem causa, o que deve ser evitado por este DD. Juízo, já que tal fato é repudiado por toda nossa doutrina e por todos os nossos tribunais.

Tendo em vista a dificuldade para a quantificação dos prejuízos morais, restando evidente que o escopo da norma base é somente a reparação, o raciocínio a ser seguido é o do bom senso, da moderação e da prudência, tendo sempre em mente que, se por um lado, a indenização deve **compensar** o prejuízo, por outro, **não pode tornar-se fonte de lucro indevido**.

Assim, a empresa ré impugna o pleito indenizatório exordial, pois além de inexistir danos suportados pela parte Autora e, ainda, **por não ser a parte Ré responsável por eventuais**

danos, o valor pleiteado está em desconformidade com a atual legislação, estando ainda fora de nossa realidade política e econômica; sendo certo que seu acolhimento significaria um enriquecimento sem causa da parte Autora.

Considerando que o enriquecimento sem causa é vedado por todo o ordenamento jurídico brasileiro, e que o mesmo não é o escopo social da norma, em sendo conferida indenização no montante desejado pela parte Autora estará sendo negada a vigência ao art. 5.º da LICC, que impõe a observância do fim social da lei.

IX. DA EVENTUAL CONVALIDAÇÃO DO NEGÓCIO

Caso Vossa Excelência entenda que tenha havido erro, o que se admite apenas para argumentar já que o contrato é taxativo, expresso e ostensivo ao dispor se tratar de “**CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**”, nessa remota hipótese de vício de consentimento, há de ser feito o mero ajuste para a operação supostamente desejada, aplicando-se os **iuros típicos da operação** de **EMPRÉSTIMO PESSOAL CONSIGNADO**, conforme média de mercado.

É exatamente isso o que determina o CÓDIGO CIVIL:

Art. 170. Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

...

Art. 184. Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

X. O ÔNUS DA PROVA

- impossibilidade de inversão -

Por fim, fundamental referir que, em observância às regras processuais acerca do ônus da prova, incumbe a parte autora fazer prova de suas alegações, atraindo para si o *ônus probandi*, ao fazer uso da regra geral, contida no CPC, na medida em que a realização do negócio esta clara. Isso porque, não pode o judiciário permitir triunfar pretensão que não possua nenhuma carga probatória favorável ao direito alegado pelo demandante e, decretar a inversão do ônus probandi.

Além disso, no caso em tela, encontram-se ausentes os elementos possibilitadores desta inversão, quais sejam, a verossimilhança ou a hipossuficiência.

A respeito deste ponto, assevera Humberto Theodoro Júnior que as normas de inversão do ônus da prova no CDC devem ser entendidas extraordinariamente e não como uma norma geral automática de observação em todo e qualquer processo pertinente a relação de consumo (devendo, é claro, ser feita análise se efetivamente se trata de um caso de relação de consumo).

A determinação da inversão do ônus probatório no presente caso, classificar-se-ia como inaceitável vez que acarretaria evidente cerceamento de defesa para a empresa.

O CPC coloca a prova como sendo o instrumento de obtenção da verdade dos fatos, qual seja, o instrumento em que se funda a ação ou a defesa.

Assim, imperioso destacar que no caso dos autos caberia exclusivamente à parte autora fazer prova do seu direito, o que não foi feito.

Destaque-se que, em momento algum logrou êxito a parte autora em trazer aos autos, elementos que configurassem a alegada conduta ilícita praticada pelo Banco Réu, não se desincumbindo assim, do ônus probatório previsto Código Processual pátrio.

Sendo assim, recaiando alguma dúvida sobre o fato constitutivo do direito alegado pela parte Autora, certamente que esta não se desincumbiu do ônus de fazer a prova que lhe incumbia.

Assim sendo, não tendo a parte autora trazido aos autos provas do ilícito ou de que efetivamente tenha sofrido um prejuízo em face de conduta ilícita do Banco Réu, ou, ainda, que teria agido a contestante com imprudência ou negligência, não se desincumbiu do ônus de comprovar suas alegações, nos termos que determina o CPC.

XI. DA IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DE VALORES

Incabível pretender a parte Autora a aplicação do disposto no artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor e 940 do Código Civil, uma vez que, tendo em vista a regularidade de todos os encargos cobrados perante a legislação específica e o contrato firmado entre as partes, não há o que se falar em cobrança indevida. Tão somente houve a cobrança dos valores estabelecidos contratualmente, não havendo abusividade ou irregularidade da cobrança ou má-fé.

Neste contexto, o Réu impugna a pretensão em ser ressarcida em dobro dos valores que hipoteticamente possam ter sido pagos a mais, considerando inexistência de fundamento fático e jurídico para tal requerimento.

XII. DA IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS APRESENTADOS

- juros devem fruir **a contar da citação** sobre parcelas **efetivamente pagas** -

No presente caso houve apenas os seguintes pagamentos:

06 IF-NUM-CARTÃO	07 IF- VALOR- TRANSACAO	09 IF-DATA- TRANSACAO	11 IF-DESCRIÇÃO
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-dez-16	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 30,49	10-jan-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-fev-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-mar-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-abr-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-mai-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-jun-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-jul-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-ago-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-set-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-out-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-nov-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-dez-17	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 33,88	10-jan-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 32,14	10-mar-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 32,14	10-abr-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 32,14	10-mai-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 18,36	10-jun-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 32,14	10-jul-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 45,91	10-ago-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL
0005335160099443019	R\$ 45,91	10-set-18	PAGAMENTO DESCONTO EM FOL

Em 01/12/17 houve alteração de reajuste salarial(VlrMargem) de: R\$ 33,88 para: R\$45,91 - Número Contrato alterado de: 52-0215869001/16 para: 52-0215869/16_01 para fins de consignação

Caso Vossa Excelência entenda pela repetição das parcelas pagas pela parte Autora, há que ser respeitada a repetição **apenas das parcelas pagas**, expressamente identificadas e comprovadas nas faturas e cálculos que segue em anexo. Isto porque é comum contratos possuírem parcelas em aberto, com pagamentos em valores diferenciados (parciais) ou terem sido renegociados antes da quitação.

Quanto aos juros de mora, ao contrário do que pretende a parte Autora, os mesmos **devem incidir a contar da citação**, e não do pagamento, razão pela qual restam **impugnados os cálculos apresentados com a inicial**, devendo prevalecer as faturas e cálculos carreados à presente e parte integrante desta defesa.

XIII. DO NECESSÁRIO RETORNO DAS PARTES AO STATUS QUO ANTE NA REMOTA HIPÓTESE DE ANULAÇÃO DO CONTRATO.

Tendo em vista a **comprovada entrega do valor contratado à parte Autora**, se eventualmente anulado o contrato tal valor deve ser devolvido ao banco.

Isso se deve a fim de evitar o enriquecimento ilícito da parte; bem como para retornar as partes ao ***status quo ante***, em razão da anulação do contrato de empréstimo.

Além disso, a recomposição das partes ao *status quo ante* encontra **determinação expressa** no art. 182 do CC, como resultado natural da anulação.

Art. 182. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.

Sem a restituição das partes ao *status quo ante*, a parte Autora estará se enriquecendo ilicitamente às custas do Banco, violando toda a lógica do sistema legal brasileiro.

XIV. COMPENSAÇÃO

Caso a parte Autora seja vencedora em alguma questão ora discutida, requer seja autorizada a compensação de eventual crédito com saldo devedor que porventura a mesma ainda possua com o demandado, ou ainda com eventuais **valores entregues à parte** pelo Banco em razão do contrato (Art. 368 do CC).

Mais do que um direito, a compensação evita duas execuções parciais, uma pelo Banco Réu e outra pela parte Autora, além de favorecer celeridade e a eficiência do processo judicial, evitando, ainda o enriquecimento ilícito de qualquer das partes.

XV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, requer seja a presente ação julgada totalmente **IMPROCEDENTE**, devendo ainda, a parte Autora, ser condenado ao pagamento de custas e demais cominações de estilo, bem como ao ônus da sucumbência.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, o que se admite apenas para argumentar, requer seja observada a **(i)** inexistência de dano moral; **(ii)** moderação da verba indenizatória; **(iii)** retorno das partes ao ***status quo ante***; e **(iv)** direito de compensação com valores que o Banco já tenha entregue à parte Autora.

Por derradeiro, que se digne Vossa Excelência, em revogar os efeitos de qualquer tutela eventualmente concedida, tendo em vista a mora e que efetivamente, não houve depósito em juízo de nenhum valor, portanto, a parte Autora está inadimplente, caracterizando assim, a mora.

Provará o alegado, por todos os meios de provas em direito admitidas, notadamente prova documental e depoimento pessoal, além daquelas necessárias ao livre convencimento do Juízo, requerendo desde já, a juntada de novos documentos em qualquer fase processual.

A fim de **corroborar** a prova do TED já apresentada, em especial requer seja expedido ofício ao banco em que foi realizado o TED, para que o mesmo traga aos autos cópia do extrato bancário da parte Autora relativo ao mês do depósito:

Comprovante de TED

Evento: PAG0143

Código da Mensagem: PAG20161014004712742

Status: Efetivada

Valor: 781.20

Data do Movimento: 14/10/2016

ISPB IF Remetente:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo de Pessoa Remetente:	PJ - Pessoa Jurídica
CNPJ / CPF do Remetente:	62.232.889/0001-90
Nome do Remetente:	Banco Daycoval
Nome do Favorecido:	DALVA FERREIRA DOS SANTOS
CPF do Favorecido:	617.801.466-04
Banco Creditado:	ITAU UNIBANCO S.A.
Agência Creditada:	03213
Conta Creditada:	03332 - 1
Tipo de Pessoa Creditada:	PF - Pessoa Física
Data do Status:	14/10/2016
Histórico:	Lib. Telesaque Cartão Consignado

Outrossim, requer sejam as **intimações realizadas em nome de Ignez Lucia Saldiva Tessa, OAB/SP 32.909**, sob pena de nulidade absoluta do ato.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 5 de outubro de 2018.

Ignez Lucia Saldiva Tessa

OAB/SP 32.909